

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARCELO GIMENES

**O PNLD e o livro didático de História
na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra**

**Uberlândia
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARCELO GIMENES

**O PNLD e o livro didático de História
na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Uberlândia – Instituto de
História – para obtenção do Título de
Graduação em História

Orientadora: Profª. Dr.a Regina Ilka
Vieira Vasconcelos

**Uberlândia
2013**

MARCELO GIMENES

**O PNLD e o livro didático de História
na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (Orientadora)

Profa. Ms. Letícia Siabra da Silva

Profa. Ana Carolina de Araújo e Silva

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, Marli Aparecida Teodoro Panicio, que me ajudou, incentivou e apoio meus estudos e escolhas.

A meu pai, José André Gimenes, por todo seu esforço e paciência ao longo de minha formação.

A minha namorada, Maria Isabel Vilela Silva, pelo companheirismo e por me ajudar nos momentos difíceis da formação.

A minha avó, Wanda Lamberti Gimenes, pelos incentivos, conversas e confiança depositada em mim.

A meus irmãos, Douglas Gimenes e Diego Gimenes, que me apoiaram a fazer um curso superior.

À professora Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos, pela orientação desta monografia, pelas contribuições para a minha formação como historiador e todo o seu comprometimento, esforço e competência dentro e fora da universidade.

A meus colegas do PIBID/UFU História (Santa Mônica), atuantes na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro, à colaboradora Marta Emisia Jacinto Barbosa e também à supervisora Giselda Paiva Xavier, por me ajudarem na pesquisa e incentivos para a conclusão do meu trabalho.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos e familiares que me deram apoio nessa conquista.

Resumo

A presente monografia discute as contribuições dos programas de materiais didáticos apontando as desenvolvimentos e pretensões do Ministério da Educação (MEC) na avaliação dos livros didáticos ofertados às escolas com base no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). O processo de produção e desenvolvimento dos livros didáticos passa por diversas etapas até chegar às mãos dos alunos, na avaliação de todas as etapas, são formadas comissões que julgam todo o andamento de produção do livro, desde os escritos, mapas figuras até a própria estética do material, tal avaliação garante que os livros aprovados tenham toda a qualidade necessária para garantir o maior aproveitamento na educação. O objeto central de pesquisa nesta monografia é o livro didático utilizado pela turma do 8º ano de 2011 da Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra de Uberlândia no ano de 2011.

Palavras-chave: Livro Didático; Ensino; PNLD; Escola Pública.

Sumário

Introdução		01
Capítulo 1	Discussão sobre o livro didático e a organização do PNLD no Brasil a partir de 1995	15
Capítulo 2	O livro didático de História na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra	34
Considerações Finais		53
Anexo 1		55
Fontes		56
Bibliografia		59

Lista de Siglas e Abreviaturas

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPUH – Associação Nacional de História

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MP – Manual do Professor

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação

SEF – Secretaria do Ensino Fundamental

SIMAD – Sistema do Material Didático

Introdução

O início desta monografia baseia-se na evolução do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD no Brasil, destacando suas contribuições para a produção dos livros didáticos e sua contribuição para o aprendizado da história nas escolas públicas. O objetivo é analisar a importância desse processo, como a avaliação do livro didático realizada pelos pareceristas contactados pelo MEC, a escolha feita pelos professores, o modo como é pedido os livros, sua chegada, sua utilização e, por fim, a devolução do livro.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente trabalho é analisar o cotidiano da Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra, local que escolhi para realizar minha pesquisa. O trabalho foi pensado após eu ingressar como bolsista no PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/CAPES, que tem como função colaborar para a construção e enriquecimento da profissionalização docente, desde que esta seja feita em diálogo permanente com o ambiente escolar. O PIBID História – Subprojeto História (Santa Mônica) participou do programa em sua segunda edição na Universidade Federal de Uberlândia, iniciando o trabalho em 2011 e contando, inicialmente, com nove bolsistas¹, uma coordenadora, a Professora Regina Ilka Vieira Vasconcelos e uma colaboradora na coordenação do projeto, a Professora Marta Emisia Jacinto Barbosa, que compõem o quadro docente do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, e uma supervisora que compõe o quadro de professores de História da Escola, a Professora Giselda Paiva Xavier da Silva. Através desse projeto, tive a oportunidade de estar em contato com a escola e ver, em meu cotidiano, como funciona a escola “por dentro”, ou seja, foi observado como funciona tanto a parte prática dos professores, alunos e funcionários quanto a teórica.

O livro didático está ligado a políticas governamentais que visam formar cidadãos por meio da educação. Muitas pessoas lutam para que se tenha um mundo melhor para seus filhos viverem, e, ao mesmo tempo, vemos o governo usando meios para obter pessoas melhores para o mundo. A educação é a base para o desenvolvimento econômico, social, e político do país. O livro de História talvez possa ser tomado como um dos principais responsáveis pela

¹ Estudantes dos Cursos de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia: Aline Ferreira Antunes, Diego Marcos Silva Leão, Ester Castelar Britto, Fabrícia Vieira de Araújo, Hugo Mendes Miranda, Manuel Batista de Sá Filho, Marcelo Gimenes, Mislele Souza da Silva e Natália Félix de Melo. Bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, da CAPES – Brasil.

criação, conscientização e democratização do conhecimento histórico junto aos alunos. Este material necessita de um olhar panorâmico, levando em consideração as múltiplas vivências sociais dos jovens. Por isso, no contexto das políticas públicas governamentais, a escolha dos livros didáticos interfere frontalmente no desenvolvimento educacional da população, sendo esta grande responsabilidade tomada pela escola e mais especificamente pelos professores que escolhem os livros a serem requisitados. Tanta responsabilidade de escolha é voltada para o professor, sendo este o responsável por analisar todo esse aparato e escolher o melhor para sua escola/alunos/bairro.

A cada três anos, as escolas da rede pública brasileira de ensino passam por um processo de escolha dos livros didáticos que irão utilizar ao longo dos três anos seguintes. O processo de escolha faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem como principal objetivo subsidiar o trabalho dos professores por meio da distribuição gratuita de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica.

O livro didático passa por várias etapas até chegar às escolas públicas brasileiras. Inicialmente, é lançado o edital para as editoras se inscreverem. Neste edital estão explicados todas as etapas e os meios de avaliação que as coleções devem cumprir para serem aprovadas. A avaliação dos livros é feita por especialistas recrutados nas escolas e universidades públicas de todo o Brasil. Após os livros serem aprovados, estes são inseridos no Guia do Livro Didático da área, que contém as resenhas e avaliações feitas pelos profissionais. O próximo passo é a escolha dos professores. E, por fim, pela internet, é feito o pedido das coleções escolhidas, que chegam às escolas através dos correios.

O trabalho de distribuição dos livros didáticos começa pelas editoras e detentores de direitos autorais. Estas têm a responsabilidade de preparar suas obras até a data estipulada pelo MEC (Ministério da Educação) nos editais. No caso do PNLD de 2011, por exemplo, o MEC estipulou, no dia 28 de janeiro de 2009, que as inscrições para a avaliação dos livros que seriam usados no ano de 2012 poderiam ser feitas até o dia 27 de março de 2009. Nesse ano de 2012, foram distribuídos aos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental os livros didáticos das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Língua estrangeira moderna (Inglês e Espanhol), além do Manual do Professor de cada disciplina.

O Governo Federal mantém o Programa focado nos objetivos sólidos do Decreto nº 7.084, que estabelece, no Artigo 2º, como objetivos dos programas de material didático:

- I - melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II - garantia de padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas;
- III - democratização do acesso às fontes de informação e cultura;
- IV - fomento à leitura e o estímulo à atitude investigativa dos alunos; e
- V - apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor.²

A importância atribuída a essas distribuições é a de contribuir para a evolução constante das políticas públicas governamentais que lutam pelo desenvolvimento educacional do país, na medida em que se vê, recorrentemente, nos decretos, a defesa da construção e da manutenção da educação pública de qualidade. No Artigo 2º citado acima, podemos destacar as primeiras palavras de cada parágrafo (“melhoria”, “garantia”, “democratização”, “fomento” e “apoio”) para entender os objetivos do governo.

Melhoria: O governo luta pela melhoria do processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas. O desenvolvimento e qualidade podem ser constatados pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado no ano de 2007 com o intuito de medir a qualidade de cada escola e da rede de ensino. O indicador é medido a cada dois anos e calculado com base no desempenho do estudante em uma avaliação do Inep, juntamente com a frequência e o número de repetentes. Sua nota mínima é zero e a máxima é dez. O intuito do Governo Federal é que as escolas municipais e estaduais tenham nota 6 em 2022, que corresponde à qualidade do ensino dos países desenvolvidos. A meta do Brasil para 2011 foi alcançada na maioria dos casos, como podemos ver nos gráficos a seguir:

IDEB 2005, 2007, 2009, 2011 e Projeções para o BRASIL:

Anos Iniciais do Ensino Fundamental									
	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa									
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5

² BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2011*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Anos Finais do Ensino Fundamental), 2011. p. 8.

Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependência Administrativa									
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3

Ensino Médio

	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa									
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Saeb e Censo Escolar.³

Observando o gráfico dos anos iniciais do Ensino Fundamental, diagnosticamos que as escolas privadas estão bem melhores nos índices. Acredito que essa melhoria de notas está na proposição que a escola particular tem para o ensino, que é de ensinar o aluno a fazer provas para conseguir sua vaga no curso superior: apesar dos alunos serem muito novos, já é transmitida a eles essa ideia de ensino prático, apoiado pelos pais, que veem a educação como um investimento para o futuro financeiro de seus filhos e família.

³ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=21239>>. Acesso em: 5 jan. 2013.

Ao mesmo tempo, o que se vê no desenvolvimento da escola pública, estadual e municipal do Ensino Fundamental, é um crescente nas notas, já que todos atingiram e superaram as metas propostas pelo governo.

O gráfico dos anos finais do Ensino Fundamental também tem seus êxitos. As escolas particulares não conseguiram atingir suas metas, contudo o índice é muito elevado a se comparar com as escolas públicas. Acredito que pelos mesmos motivos citados acima. Nas escolas públicas, estaduais e municipais, nota-se a superação de todas as metas propostas pelo governo, o que nos mostra que os investimentos feitos ao longo dos anos estão surtindo efeito benéfico no ensino.

Por fim, os gráficos do Ensino Médio são os mais preocupantes, as escolas particulares continuam com uma nota alta em relação às escolas públicas. As escolas públicas, estaduais e municipais, alcançaram os objetivos propostos, mas as notas continuam muito baixas, já que a melhor nota foi 3,4, que, a meu ver, não satisfaz todo o empreendimento do governo. Também podemos notar que os jovens das escolas públicas, estaduais e municipais, apresentam certa deficiência à medida que os anos passam: no Ensino Fundamental suas notas são bem melhores que no Ensino Médio.

A Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra em que atuo como bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsa à Iniciação a Docência) encontrou os mesmos problemas que se evidenciam no gráfico geral do Brasil. Como podemos ver no gráfico a seguir, há grande distinção entre os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e os Anos Finais do Ensino Fundamental:

IDEB 2005, 2007, 2009, 2011 e Projeções para a Escola:

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Escola	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EE PROFESSOR LEONIDAS DE CASTRO SERRA	5.2	5.5	6.4	6.4	5.2	5.5	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8	7.0

Anos Finais do Ensino Fundamental

Escola	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EE PROFESSOR LEONIDAS DE CASTRO SERRA	4.6	4.7	4.9	4.9	4.6	4.8	5.1	5.4	5.8	6.0	6.2	6.4

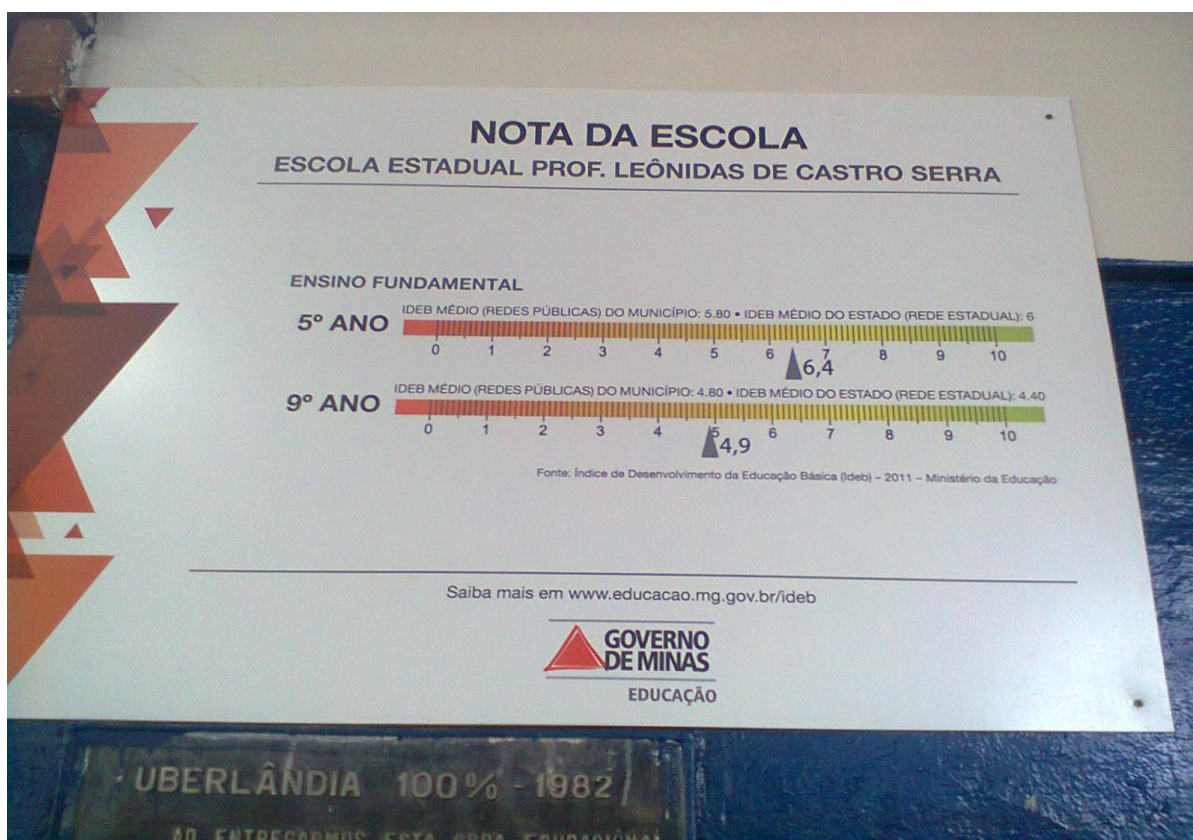
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Saeb e Censo Escolar. ⁴

⁴ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível, respectivamente, em:

O gráfico mostra a grande distinção entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental: a primeira fase está muito além do esperado para o ano de 2011. Isso pode mostrar o empenho dos professores, alunos e materiais que utilizam para a concretização da construção do conhecimento. Não conseguimos constatar uma melhora nos anos finais do Ensino Fundamental. Mesmo com professores capacitados e materiais de qualidade, os alunos não conseguiram evoluir na nota do desempenho de 2009, além de ficarem abaixo da estimativa feita pelo governo.

A foto a seguir mostra o reconhecimento do governo pelo desempenho da Escola, a fixação da placa em frente à entrada mostra a todos os alunos, funcionários e aos próprios pais que a escola está no caminho certo do desenvolvimento educacional. Como podemos ver, os anos iniciais do Ensino Fundamental alcançaram índices elevados em seu desenvolvimento, já os anos finais do Ensino Fundamental alcançaram o esperado, conseguindo assim o seu objetivo.



Fotografia do autor, tirada em 5 de abril de 2013.

Voltando às palavras que destaquei inicialmente nos tópicos do Decreto nº 7.084 estabelecidos no Artigo 2º como objetivos dos programas de material didático, a próxima palavra é **garantia**. O governo oferece garantia do padrão de qualidade dos materiais disponíveis para os alunos. O livro aprovado no processo de avaliação do PNLD recebe um selo do MEC que garante a qualidade do produto. Todos os materiais oferecidos à escola necessitam ter a comprovação de aprovação do MEC. Também são oferecidos pelo governo os materiais paradidáticos que contribuem para a formação do aluno, sendo que todos estes materiais estão disponíveis para a aquisição gratuita da escola.

A terceira palavra é **democratização**. O acesso a informações diversas refletem as proposições de ensino público gratuito sob a custódia do governo brasileiro. Essa democratização do ensino é muito complexa, já que abrange os aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais. Para conseguir cumprir o dever da escola pública na formação dos indivíduos, é oferecida a todos a construção da educação, sendo a permanência do aluno na escola uma luta constante do governo. A escola colhe os frutos de sua modernidade. De acordo com Dalila Andrade Oliveira, podemos afirmar que:

A escola passou a fazer parte da vida dos indivíduos na modernidade, determinando suas condições de inserção social, seu grau de cidadania, sua relação com o trabalho, com o mundo... aliada à noções de valores, fez com que os sistemas escolares se desenvolvessem no âmbito do Estado, sob tutela e a inspeção pública. Assim a educação constituiu-se como um direito dos indivíduos e, por consequência, obrigação do Estado, o que se convencionou denominar o modelo de escola republicana.⁵

Através das palavras da Dalila Andrade Oliveira, observamos a ligação entre Estado, família e escola como parte indispensável da vida dos indivíduos. A mentalidade brasileira mudou: antes, se acreditava que, para se frequentar uma escola, era preciso ter alta renda, sendo a escola privilégio das camadas mais ricas; hoje, a realidade é bem diferente, políticas incentivadoras não cansam de batalhar pelo fim do analfabetismo, pela estadia dos alunos com tempo mínimo de 800 horas-relógio distribuídas em pelo menos 200 dias de efetivo trabalho escolar, pela subsistência dos alunos dentro e fora da escola.

Como garantia da execução e cumprimentos de tantas responsabilidades do governo, foram criados pareceres homologados e resoluções que garantem o comprometimento dos órgãos públicos com a sociedade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino

⁵ OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p 18.

Fundamental de 9 (nove) anos de 2010, fundamentam-se em manter o Ensino Fundamental como direito público e oferecido a todos, já que é dever do Estado e da família ofertá-lo, garantindo-o como público, gratuito e de qualidade sem requisito de seleção. O direito à educação é entendido como exercício máximo da Resolução do Conselho Nacional de Educação que fixa essas diretrizes, já que o desenvolvimento do potencial humano, o exercício dos direitos, deveres e saberes cívicos, políticos e sociais norteiam a sociedade em que nós vivemos⁶.

Através da aceitação sem precedentes da escola, a diversidade encontrada é enorme, o aprendizado é oferecido a todos os tipos de culturas e exigências da sociedade, com tentativas de se garantir, por leis, o ingresso, a permanência e o sucesso na escola, a redução da evasão, a retenção e distorções de idade/ano/série, como podemos identificar na Resolução n. 7, de 14 de dezembro de 2010:

4.º A educação escolar, comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso na escola, com a conseqüente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série (Parecer CNE/CBE n.º 7/2010 e Resolução CNE/CEB n.º 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica).⁷

A política citada acima busca a permanência do aluno a todo custo na escola. Inicialmente, procura garantir o acesso igualitário ao conhecimento de qualidade, que pode contribuir para a diminuição das desigualdades historicamente produzidas. Esta política consegue promover a entrada do cidadão nas escolas, já que, por lei, estão garantidas suas vagas. Contudo, a parte a seguir compromete a educação. Esta Resolução assegura a permanência e o sucesso escolar do aluno. Como podemos aceitar que o aluno, mesmo sem alcançar as metas propostas, sem adquirir conhecimento, sem batalhar e forjar seu próprio conhecimento possa ter assegurado seu sucesso escolar? Para concluir o pensamento, cito outro Parecer do Conselho Nacional de Educação, também do ano de 2010, com as Diretrizes

⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n.11/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010; BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 7/2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 7/2010. Op. cit. p. 2.

Curriculares Nacionais para a Educação Básica, com bases na sustentação do Plano Nacional de Educação:

2.1. Referências conceituais

As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os estudantes de um ensino ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV - respeito à liberdade e aos direitos;
 - V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII - valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma de legislação e normas dos sistemas de ensino;
 - IX - garantia do padrão de qualidade;
 - X - valorização da experiência extraescolar;
 - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- Além das finalidades da educação nacional enunciadas na Constituição Federal (artigo 205) e na LDB (artigo 2º).⁸

As bases de sustentação listadas acima parecem contradizer-se. Iniciando pelo primeiro princípio, é possível concordarmos com o fato de que é necessária a igualdade de condições para o acesso escolar; contudo, garantir a permanência e sucesso na escola prejudica o valor do ensino listado na sustentação número IX, que garante o padrão de qualidade. A maioria dos alunos talvez não consiga perceber o valor da educação e parece acreditar que, tirando alguma nota satisfatória mesmo sem aprender o conteúdo, está apta a progredir; e há, também, nos piores casos, os alunos que não valorizam os profissionais da escola, que não entregam trabalhos, que deixam as provas em branco, que não demonstram respeito em sala, atrapalham seus colegas e professores sem se importar com a oportunidade que lhes está sendo dada. Esses alunos estão protegidos por lei. Assim, o esforço não parece ser válido, já que, de qualquer maneira, vão progredir para o próximo ano até se formarem.

O resultado obtido, muitas vezes, é o descrédito na proposta dos saberes escolares. A base de sustentação número VII, citada acima, se perde. Os professores não conseguem construir o conteúdo junto a seus alunos, não são vistos como detentores do saber e mestres

⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n.7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

de suas áreas, baixos salários e grandes jornadas de trabalho contribuem para a diminuição da excelência do ensino, e o brilho de ensinar e o amor pela profissão ficam mais fracos diariamente. Os resultados pelo chamado “insucesso escolar” tornam-se visíveis, problemas diversos são criados diariamente, o respeito com o outro vai se esvaindo e o desenvolvimento da educação que o governo, a família e o país buscam corre o risco de não se concretizar.

Assim, notamos que muitos planos governamentais foram criados para a permanência do aluno na escola, sendo alguns efetivos e outros que podem comprometer seriamente o desempenho do aluno na construção do ensino. Na atualidade, nos deparamos com mais atributos à escola, como o caso dos programas Bolsa Família⁹, ProJovem¹⁰, entre outros. Acredito que estes programas conseguem a permanência dos alunos na escola, já que é obrigatória sua presença para que recebam o auxílio. Assim, as famílias de baixa renda conseguem o estímulo necessário para matricularem seus filhos e acompanhar seu desenvolvimento escolar, contribuindo para a diminuição do trabalho infantil e para a própria ascensão social da família.

Outras formas de lei que foram estipuladas pelas diretrizes curriculares podem comprometer a qualidade de ensino, porque no acompanhamento do cotidiano desses alunos, identificamos essa problemática que pode ser a falta de maturidade por parte deles para encarar o conhecimento como algo de constante construção. À medida que vão ficando mais velhos, suas notas estão ficando mais baixas, como vimos no IDEB listado anteriormente. Mesmo com o desenvolvimento de políticas públicas que se voltam para propiciar livros didáticos melhores, qualificar professores e outras políticas educacionais, os alunos parecem não estar cumprindo com os objetivos esperados para eles.

A próxima palavra é **fomento**. O fomento pela leitura é estimulado todo ano pela escola e também pelas políticas públicas governamentais. A escola disponibiliza aos alunos uma biblioteca repleta de livros de todas as áreas; também, além de livros, há mapas, vídeos, revistas, gibis, coletâneas e todo tipo de material que proporcionam a leitura e conhecimento para eles. Os livros disponibilizados pela escola estão sempre atualizados, já que a escola recebe livros todos os anos do governo, sejam os didáticos ou os disponíveis nas políticas públicas que ocorrem todo o ano.

⁹ BRASIL. Lei nº 10836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Instituiu o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

¹⁰ CF. BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional da Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. O ProJovem surge como um programa emergencial e experimental destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no Artigo 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental.

Por último, vem a palavra **apoio**. Sua importância proporciona suporte para todas as palavras grifadas anteriormente. Nesta, vimos que as políticas públicas atualizam os meios de ensino-aprendizagem das escolas, proporcionando livros e diversos materiais pedagógicos para suprir as necessidades que a escola venha a ter. No quesito aluno, o governo, junto à escola, também dispõe diversos meios, seja financeiros ou educacionais. Por fim, o governo também criou meios de atualizar os professores, proporcionando cursos de extensão e pós-graduação junto a sua experiência de aula.

O livro didático já faz parte da cultura e da memória de muitas gerações de estudantes. Frequentemente usado nas escolas públicas como mediador da construção do conhecimento, o material didático tem muita importância na formação dos estudantes, pois, muitas vezes, ele é o único e mais completo material que está à sua disposição. Esse tipo de estudo sobre o livro didático, muito comum pelos cursos de Pedagogia ou Letras, vem ganhando espaço nos trabalhos de história.

Notamos que os livros estão, de maneira lenta e gradual, se desapegando da história positivista, com o uso de diversos recursos para a produção e do conhecimento em História, conseguindo ganhar espaços na nova maneira de se produzir o livro didático.

Na atualidade, as políticas públicas no Brasil passaram por processos de transformação e adaptação para conseguir suprir a necessidade das escolas brasileiras em adquirir livros que conseguissem estruturar o ensino/aprendizado em âmbito nacional. Sabe-se que os materiais didáticos estão ligados ao desenvolvimento de todas as matérias escolares, sendo que uma das principais críticas sobre esse material é o fato de que os livros são a fonte única do professor, suas propostas metodológicas, conteúdos e recursos os únicos utilizados em sala de aula.

Mas a questão é mais complexa. Muitos professores não utilizam o livro ou, quando o solicitam, é para se guiar sobre a matéria que vão lecionar. Há, ainda, professores que utilizam os livros como um dos materiais possíveis para o ensino, e, através destes, problematizam o conteúdo, debatem com outras fontes como outros livros, jornais, entrevistas, figuras, documentários, etc. Contudo, o que se torna senso comum nos meios acadêmicos são os críticos que estão longe das escolas condenarem os professores por somente usarem os livros didáticos e não “enriquecerem suas aulas” com novas propostas ou “conteúdos extras”.

Um dos motivos que fazem com que tantos professores se apeguem aos livros didáticos é sua própria formação. O MEC não construiu um conteúdo único que abrange toda a história e todas as perspectivas teóricas e metodológicas para todos os cursos, já que isso seria impossível devido ao tempo, às diferenças regionais ou até mesmo aos tipos de graduação (integral, meio período ou até mesmo à distância), e também pelo fato de ter sido

objeto de reivindicação dos próprios professores de todas as áreas a abolição de um currículo mínimo obrigatório a todo o país. Os inúmeros cursos de licenciatura abertos e aprovados pelo MEC foram compostos de diferentes conteúdos. Mesmo tendo a base comum, as maneiras de ensinar ou até mesmo as formações se diferem, pois os conteúdos podem variar de uma graduação para outra, as matérias obrigatórias e optativas são poucas para trabalhar toda a história que os livros didáticos abordam no Ensino Fundamental.

Além da diversidade gerente à formação de professores, é preciso também considerar as dificuldades em termos da situação de trabalho, da velocidade de o profissional enfrentar densas jornadas de trabalho, o que o impossibilita de preparar todas suas aulas e se atualizar. As palavras de Katia Maria Abud exemplificam o quanto o professor pode ser dependente dos livros e estes evoluem como verdade indubitável, já que existem diversas condições favoráveis para isso:

Além disso, mais recentemente, outra função tem sido assumida pelo livro didático: a de informar também o professor. Este, em razão das deficiências de formação das condições de trabalho que enfrenta, não procura outro tipo de obras para a preparação das aulas, quer expositivas ou de qualquer outra natureza, já que mesmo para trabalhos com texto, de modo geral, são utilizados trechos do livro de classe. Dessa maneira, o trabalho do professor tem se transformado num reforço das ideias contidas no livro didático adotado, que é visto pelos alunos como única fonte digna de confiança.¹¹

É inegável afirmar que o livro didático constitui-se como a principal fonte de trabalho para os professores, estando em todas as escolas públicas. O livro leva a promoção governamental e a divulgação da construção do saber já analisado pelo governo, para isso, o MEC avalia todos os livros didáticos inscritos e seleciona aqueles considerados apropriados para a escolha das escolas. Não podemos esquecer que os livros evoluem gradualmente, sendo sua produção acompanhada por doutores que escrevem e avaliam os próprios livros, construindo, assim, um produto de grande valor intelectual, sendo acompanhado também por um excelente acabamento na qualidade dos escritos e das figuras.

O livro didático *História: Projeto Araribá*, da Editora Moderna¹², analisado no presente trabalho, diz a respeito do saber histórico como resultado de uma relação dinâmica entre o passado, o presente e o futuro. Os componentes do livro (Abertura de unidade; Abertura de capítulo; Texto expositivo; Boxes; Glossário; Bate-Papo; Leitura complementar;

¹¹ VESENTINI, Carlos Alberto. Escola e livro didático de História. SILVA, Marcos A. da (Org.). *Repensando a História*. 6. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d. p. 81.

¹² APOLINÁRIO, Maria Raquel. *Projeto Araribá História*. São Paulo: Moderna, 2011.

Oficina de trabalho; Atividades; e Para saber mais) buscam estimular o trabalho em sala de aula com diversas fontes, visando contribuir para desenvolver, no aluno, sua capacidade de leitura, interpretação e crítica de documentos históricos.

Para Maria Lindaci Gomes de Souza, o uso de diferentes recursos para a produção do livro didático, significa que:

Estamos vivenciando formas relativamente novas, uma de impacto, outras de grande alcance popular, as primeiras como quadrinhos, cordel, jornais, cartoons, charges e outras como filmes, vídeos, etc.¹³

As ilustrações dos livros didáticos estão cada vez melhores, as transcrição gráfica das imagens em suas páginas é de ótima qualidade, obras, charges, cartoons, quadrinhos, cenas de filmes procuram ser fiéis aos originais. Essas melhorias vieram através do maior empenho dos autores dos livros didáticos e também das editoras e gráficas que precisam assegurar qualidade as impressões para ganharem o direito pela impressão dos livros.

Por fim, o diverso uso das possibilidades apresentadas pelo livro didático difere muito de professor para professor. Há professor que está mais ligado aos textos do livro, há outros que trabalham mais o lado visual ou então as outras diversas ferramentas de auxílio para a construção do conhecimento histórico que o livro aborda. Devemos pensar o livro didático como um auxiliador do ensino de história e é preciso problematizar, analisar e refletir sobre os diversos caminhos que o livro apresenta.

O presente trabalho discute as contribuições dos programas de materiais didáticos apontando as desenvolvimentos e pretensões do Ministério da Educação (MEC) na avaliação dos livros didáticos ofertados às escolas com base no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). O processo de produção e desenvolvimento dos livros didáticos passa por diversas etapas até chegar às mãos dos alunos. Na avaliação de todas as etapas, são formadas comissões que julgam todo o andamento de produção do livro, desde os escritos, mapas, figuras, até a própria estética do material. Tal avaliação destina-se a garantir que os livros aprovados tenham toda a qualidade necessária para um maior aproveitamento na educação.

Dentre a seleção de todos os livros didáticos avaliados, destaco a longa caminhada dos livros de História, que seguem o Guia de Livros Didáticos de História, apontando as

¹³SOUSA, Maria Lindaci Gomes de. *Linguagens alternativas na construção do saber: charges e imagens nos livros didáticos*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0793.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

preocupações e auxílios que norteiam a conscientização dos cidadãos e também a aplicação da Lei nº 10.639, que obriga a presença da temática afro-brasileira nos currículos do Ensino Fundamental e Médio. Por fim, destaco a importância do livro didático utilizado na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra, onde atuo como bolsista do PIBID, enfatizando todo o aparato de aprendizado que os alunos do 8º ano têm, enfatizando a importância dos livros para os alunos e a visão dos professores sobre a utilização dos livros didáticos na construção do conhecimento.

O primeiro capítulo desta monografia aborda a construção do PNLD e suas evoluções. O programa de distribuição de livros didáticos tem como função avaliar, indicar, comprar e distribuir os livros didáticos para as escolas públicas, assim, a qualidade destas obras são avaliadas por pareceristas que aprovam ou não os livros. As editoras tem grande importância nessa longa jornada dos livros didáticos até que cheguem as escolas públicas, por meio da concorrência que o mercado de livros didáticos têm, as editoras se adaptaram e agregam qualidade estética para as obras, como páginas coloridas, textos, figuras e mapas legíveis, entre outros.

O segundo capítulo aborda os aspectos físicos da Escola Estadual Leônidas de Castro Serra e também seu envolvimento social no bairro, neste capítulo, destaco o cotidiano dos professores e alunos na escola e, por fim, analiso a avaliação do livro didático utilizado pelos 8º ano (Projeto Araribá) e o envolvimento deste com os alunos e o professor de história dentro e fora da sala de aula.

Capítulo 1

Discussão sobre o livro didático e a organização do PNLD no Brasil a partir de 1995

O presente capítulo busca trabalhar a partir da criação do PNLD, debatendo os benefícios gerados por este programa que avalia e distribui os livros e materiais didáticos para as escolas públicas brasileiras. No decorrer dos anos, o PNLD teve diversas modificações que contribuíram para a construção de um programa sólido, tornando-o respeitado em âmbito mundial pela sua capacidade de abranger todas as escolas públicas, com qualidade e eficiência, desde o lançamento dos editais, a avaliação, a entrega dos livros e, por fim, a devolução destes. O ensino público teve suas modificações.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) surgiu no Brasil pelo Decreto N.º 91.542, de 19 de agosto de 1985. Sua função é avaliar, indicar, comprar e distribuir os livros didáticos para as escolas públicas. Sendo a aquisição e distribuição dos livros uma iniciativa governamental, as editoras tiveram que se adaptar a todas as exigências para que seus livros fossem aceitos pelo governo. Isto gerou uma corrida para o atendimento às exigências do MEC, já que a venda de livros didáticos supera a de qualquer “best-seller” no país¹⁴.

Foi em 1995 que o PNLD teve sua maior evolução: o processo de avaliação dos livros didáticos passou a ser feito por um grupo de especialistas de cada área, sendo estes responsáveis por analisar as diferentes coleções, apresentadas pelas editoras, e encarregados de emitir pareceres sobre elas.

De acordo com o Guia que se organiza a partir de 1996, o governo é o principal comprador e distribuidor de livros didáticos no país. A constituição de uma comissão para analisar a qualidade dos conteúdos programáticos e dos aspectos pedagógico-metodológicos dos livros que vinham sendo comprados pelo MEC para as séries iniciais do Ensino Fundamental segue sob supervisão da Secretaria da Educação Básica do MEC, que convida universidades públicas de prestígio e notório conhecimento para a análise de livros didáticos em cada área do conhecimento. As universidades organizam equipes de pareceristas formadas por docentes com qualificação mínima de mestrado e também pesquisadores/professores

¹⁴ Best-seller significa o livro mais vendido no mercado editorial. Essa expressão surgiu nos Estados Unidos da América, sendo atualmente popularizada por todas as línguas.

universitários com experiência acadêmica comprovada para a avaliação. Cada obra é avaliada por, no mínimo, dois pareceristas; se não houver consenso, esta obra é submetida a um terceiro parecerista.

Estes pareceres foram inscritos pela primeira vez no PNLD de 1997¹⁵, quando surgiu o 1.º Guia de Livros Didáticos¹⁶. Os pareceres detalhados de cada coleção didática, emitidos pelos pareceristas especializados, contribuíram muito para o esclarecimento de cada obra, mostrando assim o que cada livro didático poderia favorecer para os professores que iriam escolhê-los. A partir desse primeiro impacto de avaliação feita pelas comissões por área do conhecimento, discutindo também com os autores e editores, foi estipulado que somente os livros aprovados pelos MEC poderiam ser comprados pelo governo para serem distribuídos nas escolas públicas do país.

A primeira avaliação foi feita no ano de 1996, abrangendo os livros da primeira a quarta série, que seriam distribuídos pelo governo às escolas no ano seguinte. O PNLD de 1997 foi dirigido pela Secretaria do Ensino Fundamental (SEF) do MEC, sendo que cada área do conhecimento teve seu próprio coordenador nomeado. As áreas abrangeram Ciências, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática. A função de cada coordenador nomeado era a de montar uma equipe de 25 pessoas que tinham conhecimento das questões relativas ao Ensino Fundamental e também experiência acadêmica. Essas comissões foram as responsáveis pela criação e condução dos critérios de análise que iriam avaliar e classificar os livros didáticos.

A avaliação dos livros evoluiu principalmente em 1995/1996, devido ao convite do MEC às universidades públicas brasileiras para criarem equipes de pareceristas para avaliarem os livros didáticos brasileiros. Este foi um passo para exigir maior qualidade às coleções aprovadas, já que, em sua grande maioria, as coleções inscritas na avaliação daquele ano foram reprovadas. Em 1996, 466 obras foram inscritas e somente 63 foram recomendadas.

¹⁵ A evolução que o PNLD teve com as novas mudanças foram significativas. Como exemplo, pode-se destacar na Educação Básica no PNLD de 1997, em que foram avaliados 466 livros didáticos de 1ª a 4ª série, das áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais, sendo assim classificados: 43 recomendados, 42 recomendados com ressalvas, 281 não recomendados e 80 excluídos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=859&catid=195%3Aseb-educacao-basica&id=12637%3Aguias-do-programa-nacional-do-livro-didatico&option=com_content&view=article>. Acesso em: 20 fev. 2013.

¹⁶ O Guia de Livros Didáticos é responsável por apresentar um parecer sobre todas as obras aprovadas. Os textos apontam aspectos significativos de cada obra a fim de orientar o professor quanto à escolha de uma obra ou de outra.

As coleções avaliadas no PNLD são analisadas de forma que consiga contemplar todos os pontos semelhantes. Nesta etapa, a análise das resenhas é fundamental para a escolha do professor, já que este tem um contato mais intenso com cada obra aprovada.

A importância da avaliação dos pareceristas ainda não tem causado grande interesse de estudos, o que me chamou muito a atenção, já que acredito que a utilização de grupos extremamente qualificados para avaliarem os livros é um marco na história do PNLD. Na área de História, autores como Décio Gatti Júnior¹⁷, Maria Auxiliadora Schmidt¹⁸, Marlene Cainelli¹⁹, Célia Cristina de Figueiredo Cassiano²⁰ abordam, em seus trabalhos sobre o PNLD, assuntos como a utilização pelo professor; como o professor pode se beneficiar com o plano; as intervenções na sala de aula; o livro na construção do conhecimento junto ao aluno; a parte gráfica, entre outros. O tema que deveria abordar sobre os pareceristas é inexistente ou, quando aparecem, é relacionado aos livros aprovados/reprovados por meio de números analisados em gráficos, não relacionando quem foram os pareceristas, as universidades convidadas e o que cada obra abordou ou não corretamente para ser aprovada/reprovado. Em minhas pesquisas no site do MEC consegui averiguar que, ao pesquisar sobre os pareceristas, somente estão disponíveis a partir do PNLD de 2008 para trás; já sobre o PNLD de 2011, não consegui obter nenhuma informação sobre quais universidades participaram da avaliação e como se deu esse processo.

A nova forma de avaliar fez com que as editoras também se renovassem adaptando-se ao novo mercado. O ramo dos livros didáticos é monopólio das grandes editoras que investem altos valores para produzir e fazer a propaganda dos seus livros. Na época de 1996, por exemplo, eram comuns palestrantes das editoras visitarem as escolas para fazer toda a propaganda de seus livros e também, em alguns casos, eram oferecidos incentivos aos professores para escolherem determinada obra, algo que não condiz com o que o PNLD propõe para a escolha do livro didático. Muito mudou desde aquele tempo. Na atualidade, é proibida qualquer propaganda deste tipo, já que pode induzir o professor a escolher um livro pelo ganho pessoal e não pela realidade escolar que atua. No decorrer do trabalho, fiz uma pesquisa envolvendo a editora Saraiva que domina grande parte da aquisição dos livros didáticos das escolas públicas brasileiras. Analisando as tabelas disponíveis, conseguimos

¹⁷ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), membro da ANPED, ANPUH e sócio-fundador da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

¹⁸ Doutora em História e pós-doutora em Educação, professora de Metodologia e Prática do Ensino de História da Universidade Federal do Paraná (UPPR).

¹⁹ Doutora em História, professora de Metodologia e Prática do Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina – PR (UEL).

²⁰ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

perceber que o lucro dessa editora com a venda de livros didáticos representa grande parte de seu faturamento anual.

Para essa adequação, cada editora recebe uma carta-convite do Ministério da Educação para a venda dos livros ao governo. Nessa carta estão escritos todos os critérios de análise dos livros e as condições essenciais para a compra dos volumes, como também os valores, prazos e forma de entrega.

As avaliações têm sido aplicadas pelas equipes dos pareceristas, desde 1995, segundo os critérios divulgados pelo MEC. Muitos dos livros inscritos não são selecionados por não conseguirem cumprir as determinações básicas das coleções, como descreve Kátia Paulilo Mantovani, em seu texto sobre o Programa no ano de 1996/1997:

Nesse programa foram inscritos 466 livros didáticos de 1º a 4º séries das áreas de Língua Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais, analisados pelas comissões durante o ano de 1996. Após a divulgação dos resultados, os professores escolheram os livros que ficaram disponíveis aos estudantes de escolas brasileiras no ano letivo de 1997.²¹

Houve grandes mudanças no cenário da escolha dos livros didáticos, a tabela²² e as informações a seguir mostram as categorias e classificação dos 466 livros didáticos do PNLD de 1997:

CATEGORIA	CARACTERÍSTICA DA OBRA	NÚMERO DE OBRAS
Livro excluído	Não atende às exigências mínimas; contém problemas apontados como eliminatórios.	80 foram excluídas
Livro não recomendado	Apresenta condições insuficientes para o exercício da boa educação, com impropriedades que comprometam sua eficácia.	281 foram não recomendadas
Livro recomendado com ressalvas	Apresenta características que satisfazem os critérios mínimos de qualidade, mas que requerem atenção e complementação por parte do professor.	42 foram recomendadas com ressalvas

²¹ MANTOVANI, Katia Paulilo. *O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD*. Impactos na qualidade do ensino público. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. p 44.

²² Id. *ibid*.

Livro recomendado	Cumpra a função didático-pedagógica e atende aos mais específicos critérios da avaliação	63 foram recomendadas
------------------------------	--	-----------------------

Tabela adaptada da página da Secretária da Educação Básica destinada aos Guias do Programa Nacional do Livro Didático, no Portal do MEC²³

Os livros “excluídos” e os não “recomendados” receberam um laudo técnico e um parecer da comissão avaliadora, explicando detalhadamente os erros encontrados que fizeram o livro ser desclassificado. Já os livros “recomendados” e os “recomendados com ressalvas” receberam um selo do MEC e também ficaram à disposição da escolha do professor já no primeiro Guia de Livros Didáticos.

É importante observar que, das 466 obras inscritas, 361 não atingiram os requisitos mínimos pelo MEC para serem distribuídos às escolas. Essa falha na produção de livros merece atenção, já que aproximadamente 78% dos livros não se adequam ao que o MEC caracteriza como o mínimo exigido para a distribuição escolar. O quadro fica mais complicado se analisar somente as obras recomendadas, ou seja, as 63 obras (13,5%) que cumprem a função didático-pedagógica e atendem aos mais específicos critérios da avaliação.

Os dados revelam que a aplicação de peritos na avaliação dos livros teve sucesso pelo alto índice de reprovação das obras, já que os critérios de análise do PNLD 1997 são:

- os livros não podem expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- e não podem conter ou induzir a erros graves relativos ao conteúdo da área, como por exemplo, erros conceituais.²⁴

O novo método de estrutura editorial também teve mudanças: a identificação do livro deveria apresentar a capa, folha de rosto, e seu verso deveria conter título, autoria, série, editora, local, data, edição, dados sobre os autores e ficha catalográfica. O formato e a encadernação do livro didático não poderiam conter nenhum erro grave de impressão e revisão. Quanto ao formato, à encadernação e o papel, estes deveriam facilitar o manuseio e ter longa durabilidade. Os textos e as ilustrações também sofreram mudanças. Estes deveriam estar de forma organizada, com ritmo e continuidade, para se tornarem mais fáceis de serem compreendidos.

²³Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=859&catid=195%3Aseb-educacao-basica&id=12637%3Aguias-do-programa-nacional-do-livro-didatico&option=com_content&view=article>. Acesso em: 20 fev. 2013.

²⁴ BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 1997*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1996. (5.ª a 8.ª séries).

Todas essas mudanças referentes ao ano de 1997, com a evolução na produção, aquisição e distribuição do livro didático no Brasil, contribuíram para o crescimento da importância do livro, que se torna fundamental como recurso para a atividade docente. Com a escolha sendo feita pelo professor, o livro também se tornou um produto cultural, devido às escolhas baseadas tanto nos aspectos geográficos das diversas regiões do Brasil como também na vivência de cada escola de acordo com o bairro em que está localizada.

De acordo com Sonia Regina Miranda e Tânia Regina de Luca:

Contrariamente à apreensão predominante no âmbito do senso comum, o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leitura muito diversas.²⁵

O livro assume suas diversas faces na construção do saber. O que coloca, para o professor, a responsabilidade quanto à consciência na escolha do livro didático para que este se articule à sua própria formação teórico-metodológica e também à vivência no local onde leciona. Outro fator também importante para ser considerado pelo professor é o contexto escolar onde o livro será adotado, observando atentamente as relações estabelecidas pelos sujeitos históricos daquele local, analisando como são estabelecidas as relações na escola e no bairro todo. O livro torna-se parte da cultura dos sujeitos que o leem, pois este muitas vezes torna-se o único material disponível no momento ou então o mais fácil de ser tomado como fonte de conhecimento.

Desde a criação do Plano Nacional do Livro Didático, em 1985, o Governo Federal aprimora cada vez mais o programa no Brasil com a finalidade de oferecer suporte para um ensino de qualidade. Na medida em que os livros se tornam recursos importantes na atividade docente, por intermédio do programa, permitem o acesso por parte do aluno e do professor a diversas outras fontes de estudo e pesquisa. Não que se aponte o livro como autossuficiente na produção do ensino, mas a possibilidade que cria, para o professor, de construir o conhecimento junto aos seus alunos com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, responsáveis pelo estímulo, orientação e apoio às reflexões sobre a prática e planejamento diário das aulas.

²⁵MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004. p 124.

Um grande problema de muitos estudantes da rede pública estava na obtenção de materiais didáticos. Atualmente, os livros didáticos estão sendo capacitados para se articularem a essas necessidades, já que há um investimento contínuo das editoras na própria fabricação e atualização dos livros, a fim de ampliar sua qualidade tanto estética quanto de conteúdo. De acordo com Kazumi Munakata:

Essa renovação não contou apenas com a incorporação, nos livros didáticos, de ‘novos problemas, novas abordagens, novos objetos,’ propostos pela chamada ‘Nova História’. Ou melhor, para que isso se tornasse possível, as próprias editoras reorganizaram o processo de trabalho, consolidando-se como verdadeiras indústrias. Empresas que antes funcionavam com três ou quatro trabalhadores capazes e dispostos a fazer todo tipo de serviço foram recrutando mais e mais profissionais, distribuindo-os numa minuciosa divisão de trabalho de acordo com funções cada vez mais especializadas: edição e copidesque, leitura crítica, revisão, edição de arte, diagramação e paginação, ilustração, pesquisa iconográfica etc.²⁶

Através das palavras de Kazumi Munakata, diagnosticamos a procura dos autores de livros didáticos por associarem-se a novos profissionais, na área do conteúdo a ser trabalhado e, por meio destes, a busca pela melhora na qualidade do material. Certamente o livro didático virou material de consumo e fonte de grande obtenção de lucro para as empresas envolvidas nesse ramo. Anteriormente, no período de 1970 a 1990, o público leitor do Brasil era muito escasso, não havia grande preocupação das editoras em elaborar um livro com qualidade significativa à educação para todos. Muitas vezes, o que era encontrado nos livros era o atendimento de interesses do Estado, com propagandas que promoviam os políticos e dispunham de uma história positivista, contando os fatos e sem abertura para a discussão, já que era considerada como verdade absoluta. Os grandes editores envolvidos na produção de livros didáticos precisavam que estes fossem bem aceitos na comunidade escolar e pelo governo, e, para que isso acontecesse, adaptavam os escritos e faziam as mudanças curriculares necessárias e estabelecidas pelos setores públicos a fim de agradar os compradores.

Após 1990, o Governo Federal iniciou um processo de valorização de “qualidade educacional”. Muito se deve à Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, que adotou os princípios democráticos à educação: assim, a liberdade de opinião se contrapõe à verdade pronta e acabada antes estipulada pelos livros.

²⁶ MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p 275.

No teor da produção dos livros didáticos, a qualidade embutida em cada livro foi surpreendente: sua organização tornou-se melhor, com cores vivas, apresentação de *boxes* com textos complementares, um aparato para auxiliar o professor, os moldes de conservação foram mudados, já que a nova encadernação baseava-se em colar ou costurar o material, prevenindo que páginas fossem arrancadas ou rasgadas facilmente. Como propaganda, as editoras dispunham cerca de dez a trinta mil exemplares da obra para a distribuição e faziam o produto chegar empiricamente às mãos dos consumidores como um todo.

Todas as qualificações apontadas após a Constituição de 1988, no que diz respeito à melhora encontrada na produção tanto empírica quanto textual do livro didático no Brasil, parece ter tido como implicação a possibilidade de uma ampliação da oportunidade de aprendizado. Para os alunos da escola pública, resulta em sua inserção em faculdades, cursos técnicos e mercado de trabalho.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o legado dos programas e órgãos específicos criados pelo Estado que contribuíram para dar maior legitimação para o livro didático nacional. Sua importância vem da autonomia de ser um único programa que tem como função distribuir livros/materiais didáticos em âmbito nacional, tornando-se, ao longo dos anos, um importante instrumento para auxiliar tanto aluno quanto professor no processo de ensino-aprendizagem.

A importância de que o aluno tenha a conscientização que o professor, detentor de um conhecimento mais amplo e específico em cada matéria, é um orientador para o seu aprendizado, já que o tempo em sala de aula é curto e, somente em sala de aula, o conhecimento não é construído por completo. Assim, constrói-se para o livro didático um lugar central no processo de aprendizagem do aluno: torna-se cada vez mais imprescindível a dedicação dos alunos em outros ambientes, extraclasse, já que o papel da leitura e seu entendimento auxiliam-no na construção do conhecimento.

As ideias contidas nos planos nacionais desenvolvidos geram produtos/livros para os docentes utilizarem no decorrer do ano letivo. Esses produtos são um recorte orientado que respeitam o processo de avaliação do PNLD: caso as obras sejam aprovadas, o governo torna disponível sua utilização pelas escolas públicas, por meio da escolha dos professores. Assim, são reunidas as obras aprovadas para que os professores tenham o livre arbítrio de escolher o livro que mais se caracteriza com o seu trabalho e o meio onde leciona. O número de obras aprovadas em cada seleção pretende ser o suficiente para que os professores tenham um variado leque de opções de escolha, por meio das resenhas analisadas.

A variedade de obras encontradas se dá porque a educação escolar brasileira é um sistema complexo que acontece de forma ampla, simultânea e universal, sendo o livro peça fundamental desse processo de escolha do professor. Seguindo as palavras de Célia Cristina de Figueiredo Cassiano:

Pensemos que, salvo exceções, cada aluno brasileiro que está na escola utiliza um livro para cada disciplina, livro este que é trocado anualmente (gradualidade), sendo que todos (universalidade) o usam ao mesmo tempo (simultaneidade).²⁷

Diferentes perspectivas educacionais contemporâneas prezam pela avaliação como início de um processo progressivo a envolver diversos aspectos didático-pedagógicos e, portanto, orientam para a necessidade de se avaliar o material que será comprado pelo governo e utilizado pelos professores e alunos das escolas públicas. Desde a década de 1960, os livros foram vítimas de fortes denúncias pela falta de qualidade com problemas como desatualização das informações, erros conceituais, indução de ideologias, afirmação de estereótipos, preconceitos, entre outros. Por esse e outros motivos, a avaliação dos livros didáticos foi incorporado como atribuição do Governo Federal, já que este compra milhões de livros para a distribuição gratuita nas escolas públicas²⁸.

Os critérios de avaliação, inicialmente estabelecidos em 1995, foram evoluindo com o decorrer do tempo, guardando alguns princípios básicos desse processo, como a clareza das informações, conceitos e informações básicas corretas, adequação da metodologia e extinção dos preconceitos. O PNLD de 2005 incorporou algumas alterações que já haviam sido incluídas no PNLD de 2002. A mais significativa foi a reprovação das coleções que não davam continuidade ao processo docente, ou seja, as inscrições de apenas alguns volumes e não com a apresentação de uma obra completa para cada disciplina, com uma coleção composta por um volume para cada série. Este novo meio de avaliar apresenta o objetivo de evitar as rupturas no conteúdo programático e na continuidade da metodologia de ensino. Assim, somente seriam aceitas as inscrições de coleções completas, não podendo nenhum volume ser excluído, evitando que toda a coleção fosse reprovada.

As coleções que compõem o Guia não são uniformes. Apesar de se ter um rigoroso sistema de avaliação dos livros inscritos, há grande diferenciação do conteúdo e da

²⁷ CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. *História*, São Paulo, v. 23, n. 1 e 2, p. 33-48, 2004. p 35.

²⁸ É importante ressaltar que os livros inscritos e não aprovados pelo PNLD somente não podem ser adquiridos pelo Governo Federal, sendo que sua circulação é livre para a venda a particulares.

abordagem teórico-metodológica. Na escolha do livro, o professor tem em mãos as resenhas dos livros que foram aprovados, escritas pelos pareceristas convidados, e, por meio destas, o professor deve escolher o livro que melhor corresponde à realidade em que trabalha, investigando a proposta pedagógica da escola, a realidade dos alunos, o estado em que atua, etc.

O ano de 2008 foi muito importante para o PNLD, pelas mudanças nas escolas públicas brasileiras, com a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos representando um novo momento na educação do país. A partir desse momento, os alunos da rede pública passam a entrar mais cedo nas escolas, gerando um contato mais recente com o universo escolar. Esse aumento de tempo nas escolas representa maior qualificação e dedicação aos estudos, a qualificação do Ensino Fundamental exigirá da escola uma nova organização do tempo e espaço, atendendo às necessidades de todos os alunos ingressantes desde os seis anos de idade até os anos finais do Ensino Fundamental. A nova nomenclatura, 1º ao 5º e 6º ao 9º ano, teve o prazo até 2010 (de acordo com a Lei nº 11.274/2006) para ser consolidada no sistema.²⁹

Todo o trabalho de avaliação é voltado para o professor ter a maior fonte de informação possível para fazer sua escolha. O formato do texto de introdução do Guia de 2008 e do Guia de 2011 é o de uma conversa direta e informativa, mostrando o que os guias podem ajudar na escola e algumas mudanças significativas que ocorreram no decorrer de três anos. Apresenta esse ensejo para mediar a reprodução de que a avaliação e a escolha do livro se dão numa periodicidade trienal.

Para o Guia de 2008, em um montante de 144 coleções inscritas, foram aprovadas 91 para as séries finais do Ensino Fundamental (5ª à 8ª séries ou 6º ao 9º anos) e excluídas 53³⁰. Para o Guia de 2005, foram inscritos 129 títulos para serem avaliados para as séries finais do Ensino Fundamental, sendo 92 aprovados e 37 excluídos.³¹

²⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 7/2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010. p. 2.

³⁰ Comissão Avaliadora do PNLD 2008 – 5ª a 8ª série e suas respectivas áreas de avaliação pedagógica: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Alfabetização e Língua Portuguesa; Universidade de São Paulo (USP) – Ciências; Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) – Geografia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – História; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Matemática. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=859&catid=195%3Aseeb-educacao-basica&id=12637%3Aguias-do-programa-nacional-do-livro-didatico&option=com_content&view=article>. Acesso em 7 mar. 2013.

³¹ Comissão Avaliadora do PNLD 2005 - 5ª a 8ª série e suas respectivas áreas de avaliação pedagógica: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Língua Portuguesa; Universidade de São Paulo (USP) – Ciências; Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) – Geografia e História; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Matemática.

A tabela a seguir mostra a relação entre as coleções aprovadas e excluídas do decorrer desses 3 anos:

Ano de publicação	Títulos inscritos	Títulos Aprovados	Títulos Reprovados	% de Títulos inscritos/aprovados
PNLD 2008	144	91	53	63,194%
PNLD 2005	129	92	37	71,317

Dados retirados dos Guias do PNLD de 2005 e de 2008.

Como podemos observar na tabela acima, o ano de 2005 teve maior êxito no percentual de aprovações dos títulos inscritos do que em 2008. Isso se deve a diversos fatores: primeiro, as editoras estão cada vez mais interessadas em publicar títulos para serem vendidos, já que este ramo movimentava um enorme montante de capital na venda dos livros, em razão do crescimento populacional brasileiro e, com isso, da expansão do mercado editorial, devido aos novos “consumidores” que vão necessitar de novos livros. Este ciclo aumenta a produção de obras e, conseqüentemente, o lucro dessas empresas.

Os resultados monetários para as editoras que investem nos livros didáticos são exorbitantes. Podemos observar nos dados da Editora Saraiva, que tem uma grande participação e experiência na produção de livros didáticos, com o crescimento da receita líquida em 21% no ano de 2011, atingindo R\$ 1,9 bilhão em faturamento. Tal explicação para esse vasto crescimento em faturamento deve-se à expansão nas vendas do ramo privado da editora que correspondem ao seu maior lucro. Contudo, a editora está expandindo as vendas de livros didáticos para o governo, já que esta representa a fatia de 24,6% de todos os livros adquiridos nas escolas públicas brasileiras, assim como o faturamento da empresa³² nos aponta:

Editora – Os investimentos em novas coleções de livros destinados aos alunos do Ensino Fundamental e Médio permitiram à Editora ter expressiva participação no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2012), com contrato total de fornecimento de livros para escolas públicas de nível Fundamental e Médio atingindo R\$ 205,5 milhões (24,6% de participação nas novas adoções), bem como continuar a desenvolver seus negócios destinados ao mercado privado, com destaque para os livros paradidáticos, conteúdos no formato de Sistema de Ensino e conteúdos

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=859&catid=195%3Aseb-educacao-basica&id=12637%3Aguias-do-programa-nacional-do-livro-didatico&option=com_content&view=article>. Acesso em 7 mar. 2013.

³² Disponível em: <<http://www.b2i.cc/Document/1628/134161.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

digitais. Em 2011 a receita líquida foi de R\$ 501,4 milhões, 20,7% superior a de 2010.³³

Os investimentos em novas coleções de livros didáticos destinados aos alunos do Ensino Fundamental e Médio permitiram à Editora Saraiva ter expressiva participação no PNLD. Seus contratos de fornecimento de livros para as escolas públicas atingiram R\$ 205,5 milhões (24,6% de participação na adoção de seus livros) em 2012. O elevado crescimento na rede pública não interferiu nas vendas da rede privada. A Editora manteve a introdução de novas categorias de produtos e serviços, além de ampliar o fortalecimento nas vendas, incluindo um canal digital. O lucro obtido sobre as vendas para o governo e também para o mercado privado totalizou R\$ 1,9 bilhão em 2011, superando em 20,7% de 2010.

Percebemos que as vendas de materiais didáticos representam uma parcela considerável no lucro da Editora, fazendo-a expandir-se para conseguir consolidar-se e satisfazer o mercado em diferentes dimensões. O quarto trimestre da Editora, quando tradicionalmente é executada a produção, entrega e o faturamento dos livros no âmbito do PNLD para os níveis de Ensino Fundamental e Médio são representados na tabela a seguir:

Editora (R\$ milhões)	Quarto trimestre de 2011	Quarto trimestre de 2010	Variação
Receita Líquida	251.191	208.054	20,7%
Lucro Bruto	146.657	130.764	12,25%
Margem Bruta	58,4%	62,9%	-4,5%

Resumo dos principais dados do desempenho econômico-financeiro da Editora Saraiva³⁴.

Analisando a tabela, percebemos que a Editora alcançou a receita líquida de R\$ 251,2 milhões no quarto trimestre de 2011, superando em 20,7% à do mesmo período em 2010. Este desempenho reflete um resultado positivo nessa categoria que tende a crescer no decorrer dos anos.

A preocupação com a qualidade dos livros também aumenta a competitividade entre as editoras que passam a constituir um investimento com o propósito de produzir livros cada vez mais atualizados. É de extrema importância o professor conhecer bem os livros que fazem parte da Guia, já que estes recebem um selo de avaliação para o que for considerado apto a ser trabalhado em sala de aula.

³³ Id. ibid..

³⁴ Id. ibid..

No ano de 2011, os dados são mais preocupantes do que em 2008 e 2005: cerca de 69% dos livros analisados foram reprovados. Tais reprovações acontecem pelo grande aumento no número de editoras inscritas. Comparando com 2008, foram inscritas 17 editoras. Em 2011, esse número aumentou para 26 editoras. Proporcionalmente com o aumento do número de editoras, também aumentou muito o número de livros avaliados, já que este ramo está se desenvolvendo muito no Brasil, segundo o que Kazumi Munakata já apontava em 1998:

Todas as editoras mencionadas, isto é, as que apresentaram bom desempenho, dedicam-se principalmente aos livros didáticos. A disparidade de suas cifras em relação às demais editoras é imensa: em 1987, enquanto a tiragem média da Record, que tem como sua principal fatia o mercado nada desprezível de Best-sellers, era de 9.948 exemplares por título, as da Editora Brasil, da Ática e da Saraiva, todas atuando na área de didáticos, foram, respectivamente, 35 133, 29 322 e 25 680. Essa disparidade pode também ser constatada numa mesma editora: em 1987, a ‘Saraiva’ [...] manteve uma média de tiragem de 5 200 exemplares para os livros jurídicos e 52 mil exemplares para os didáticos’ (Leia, ano X, n. 116, jun. 1988, p. 25). De acordo com José Olavo Dutra, diretor do Sindicato dos Empregados em Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais de São Paulo (SEEL), as oito maiores editoras brasileiras dedicam-se basicamente a didáticos e concentram cerca de 70% dos trabalhadores do setor editorial.³⁵

O sistema avaliativo do PNLD de 2011 ajustou-se continuamente às mudanças realizadas ao longo dos anos com a finalidade de atender às novas demandas do Ensino Fundamental, buscando oferecer aos alunos e professores obras didáticas cada vez melhores. No ano de 2011, alguns critérios de avaliação utilizados foram:

- VI - respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental;
- VII - observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- VIII - coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático – pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- IX - correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- X - observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada;
- XI - adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos
- XII - didático-pedagógicos da coleção.³⁶

³⁵ MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p 277.

³⁶ BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2011*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Anos Finais do Ensino Fundamental). p. 12.

O Plano Nacional do Livro Didático, na área de História, constitui um primeiro referencial de análise dos livros didáticos que serão utilizados pelos professores/alunos no decorrer de três anos. O texto de apresentação do Guia inicia-se com uma conversa voltada para o professor para expor os propósitos de conhecimento e avaliação de outros professores por intermédio dos pareceres realizados seguindo os critérios estabelecidos pelo MEC. O texto apresentado é mais técnico, partindo desde a elaboração dos editais para as inscrições das obras até o momento final, que é a da escolha do livro didático pelo professor.

O Guia do PNLD 2011 é um instrumento que proporciona o professor a conhecer a avaliação de outros professores ligados à educação, tanto no ensino quanto na pesquisa, por meio dos pareceres que seguem os critérios estabelecidos pelo edital publicados pelo MEC. Os pareceres têm um caráter de resenha e constituem um primeiro referencial de análise do livro na parte do professor. Desse modo, os livros utilizados remetem à fidelidade regulada pelos autores/governo, já que incitam as práticas e outras diversas atividades para serem desenvolvidas dentro e fora da sala de aula.

O PNLD de História de 2011 é analisado com base em suas especificidades em relação aos Guias anteriores. Foi incrementado como parte da avaliação do edital a inclusão do Manual do Professor (MP), algo antes facultativo e que, em 2011, passou a ter um valor classificatório. O MP contribui como ferramenta auxiliar para o professor indicando assuntos, maneira de trabalho, *boxes* com perguntas para iniciar o debate, entre outros. Essa nova forma de “guiar” a aula dos professores pode ferir a sua formação, já que este frequentou um curso superior e está apto para lecionar e debater sobre os assuntos referentes à sua área. Contudo, as formações são diversificadas devido aos diversos institutos de ensino superior de licenciatura no Brasil. Analisei como seguir o Guia pode ajudar o professor a envolver mais os alunos e incentivar o ensino como também o que pode ser averiguado no professor que usa o livro didático como pilar de seu trabalho.

A escolha do livro pelo professor traz consigo diversos fatores que o influenciam na escolha. É de fundamental importância que o professor tenha o conhecimento da realidade de seus alunos e da comunidade escolar. Como o próprio Guia diz, é dever do professor consultar o PPP (Projeto Político Pedagógico)³⁷ da escola onde atua, pois este foi construído coletivamente visando os planejamentos das intenções e das ações da escola.

³⁷ O Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O Projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades

A orientação ao professor mostra a necessidade da leitura do texto “Análise das Coleções” e das resenhas. A primeira parte só faz referência a uma avaliação geral das obras. A segunda parte das resenhas é composta por um texto mais específico sobre a coleção analisada. O Guia não garante como o professor e o aluno irão utilizar os livros adquiridos, o que o Guia procura garantir é que os erros, estereótipos, preconceitos, desatualizações não estarão nas obras avaliadas/aprovadas.

Antes de o Guia do Livro Didático de História ser montado para chegar às mãos do professor, há um longo caminho até sua composição. O Ministério da Educação, juntamente com a comissão técnica do PNLD, cria os editais com as competências que as coleções devem seguir para que sejam aprovadas. Em 2011, os princípios envolvem: a condição de o livro didático auxiliar a formação de cidadãos conscientes; o respeito à legislação que rege o ensino público nacional; a qualidade pedagógica e didática das coleções; a qualidade do Manual do Professor (MP); a correção das informações apresentadas aos estudantes; a qualidade e adequação do projeto gráfico e estrutura editorial da coleção. Esses são os seis pilares que norteiam os requisitos básicos que as obras devem conter para serem aprovadas. Sem qualquer uma dessas premissas, as obras não são aprovadas pela comissão.

O PNLD de História de 2011 teve como resultado 64% das coleções inscritas como aprovadas. Assim, das 25 coleções inscritas, 16 foram aprovadas e 9 reprovadas. As obras que compõem o Guia de História de 2011 são referentes às coleções aprovadas. Uma vez deliberado por essas obras, são produzidas resenhas por professores/pesquisadores de universidades públicas renomadas, como o próprio Guia nos diz:

Uma vez que se delibera sobre as obras aprovadas, são produzidas resenhas, muitas vezes, feitas a várias mãos. Essas resenhas têm por objetivo auxiliar o professor na escolha do livro didático e, para tanto, elas são também avaliadas no sentido de sua eficácia em termos de comunicação e informação ao professor.³⁸

O Manual do Professor (MP) teve grande importância nessa nova avaliação. Como dito anteriormente, foi estabelecido pela primeira vez como critério de avaliação do PNLD 2011. Por isso, o MP também deve ser avaliado como parte significativa das coleções aprovadas.

educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

³⁸ BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2011*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Anos Finais do Ensino Fundamental). p. 12.

Atualmente, o manual que acompanha o exemplar do professor dos livros didáticos de História propõe referências e inquietações sobre o como, o quê e o por quê ensinar a disciplina de História. As necessidades diárias do professor em sala de aula deram subsídio ao PNLD a preparar um material de orientação e atualização do professor. Este material já havia sido produzido nos anos anteriores. Contudo, ele era facultativo, ou seja, somente algumas coleções se dispunham a produzi-lo e disponibilizar ao professor. Em 2011, todas as coleções foram obrigadas a se adaptar e produzir este material, já que ele também se tornou parte do conjunto de avaliação que aprova ou reprova uma coleção.

Na área de História, os manuais do professor organizam e sistematizam conteúdos e procedimentos visando não apenas auxiliar a prática do ensino, mas também contribuir para uma formação contínua do docente. Portanto, o Manual do Professor trata-se de um inventário com tarefas associadas ao exercício da docência, dos expedientes e das diversas maneiras que o professor tem de conduzir o ensino/aprendizagem com a utilização dos materiais referenciados neles.

O uso do Manual do Professor oferece subsídios para o professor gerar dispositivos de auxílio na prática docente que pretende contribuir também na obtenção de instrumentos de formação/atualização do professor. Contudo, este não conta com um amplo conjunto de perspectivas de análise já encontradas em estudos sobre o livro do aluno. O que o Manual do Professor oferece são representações da prática do ensino que se articulam com as demandas previstas nos editais do PNLD, e correspondem fielmente às opções autorais que são comandadas pelo projeto das coleções.

Ao mesmo tempo, percebemos, com isso, que a utilização fiel desse material pode gerar um controle técnico do ensino, desmerecendo a formação do professor e a universalização do aluno, já que este fica refém dos objetivos e seus resultados pré-moldados. O livro didático é um produto cultural dotado de grande complexidade, é dever do professor utilizá-lo conscientemente, explorando todas as formas possíveis de trabalho, adaptando-o para sua aula e também para o contexto social em que a escola está inserida.

No texto “A produção didática da história nos manuais para professores”, André Luiz Paulino manifesta preocupações sobre o uso dos trabalhos sugeridos pelo Manual do Professor, ao dizer:

O inventário das rotinas de trabalho escolhidas e retrabalhadas nos manuais do professor reitera estratégias de ensino, instrumentos para as aulas e textos para compreender e pensar sem considerar a desenvoltura necessária à condução de uma turma de alunos ou o valor de uso de muitas das “receitas”

propostas. Dessa perspectiva, as omissões sobre a complexidade da realização do trabalho educativo por parte dos manuais do professor das coleções didáticas de história são tão representativas do que se solicita que o docente da matéria faça da sua prática quanto o que se propõe e reproduz explicitamente.³⁹

O resultado da utilização somente “do manual” seguido pelos professores lhes assegura certas técnicas e metodológicas do seu trabalho. Contudo, os professores podem acabar sendo reféns do próprio livro, já que, se somente utilizarem o que lhes foi dado, sua aula perde o interesse rapidamente, caindo na rotina e se desqualificando.

Portanto, o Manual do Professor esclarece meios para o ensino-aprendizagem tanto do aluno quanto do professor e se torna mais do que um instrumento de ensino para ajudar o professor a conduzir sua aula. É importante ressaltar, portanto, que o professor não deve ficar refém deste material, já que o material ganhou espaço no ano de 2011 não pelo seu valor de ensino, mas sim pela obrigatoriedade para a avaliação, enquanto um critério de julgamento, qualificação e aprovação da coleção didática como parte dos quesitos que o edital de seleção das obras didáticas considera obrigatórios para o processo de aquisição de livros pelo PNLD.

As 16 obras aprovadas em 2011 têm seu espaço único nas resenhas designadas a seus livros. Todas as resenhas seguem um único padrão. Todas começam com uma foto gráfica da capa da coleção, o nome da editora e dos respectivos autores. De acordo com o PNLD-História de 2011, as resenhas são divididas em: “Visão Geral”; “Organização da Coleção”; “Análise da Coleção”; “Em Sala de Aula”.

Inicialmente, começam esboçando a visão geral de toda a coleção, essa visão mostra a opção curricular historiográfica que a coleção segue e também aponta os tipos de fontes e possibilidades que o professor tem ao trabalhar com a obra. A forma de tratamento da temática temporal da obra é analisada como “linear⁴⁰” (75% das obras) ou “complexa⁴¹” (25% das obras), mostrando assim a maneira como o livro se orienta. No modo de apresentar a temporalidade relativa a cada tema/conteúdo, o MP também é mencionado como meio de orientação para as atividades propostas. Essa primeira visão da obra mostra ao professor uma

³⁹ PAULINO, André Luiz. A produção didática da história nos manuais para professores. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, n.36, p. 319-338, maio/ago. 2012. p 334.

⁴⁰ Coleções cuja organização de conteúdos prima pela ordenação cronológica, sem que tal ordenação seja acompanhada por um movimento contínuo de abordagem do conjunto das categorias temporais necessárias à análise e à aprendizagem histórica, tais como as noções de Simultaneidade e Duração.

⁴¹ Coleções que abordam, no tratamento temporal, ocorrências quando se verifica uma atitude de sistematização, para o aluno, do entendimento relativo às diversas temporalidades situadas em um determinado recorte cronológico, o que pressupõe a abordagem sistêmica de categorias relativas à simultaneidade e à duração temporais.

visão ampla da obra, já que destaca os tipos de fontes que podem ser trabalhadas e a temática de cada obra.

No termo “Organização da coleção”, destacam-se os conteúdos e formatos segundo os quais as coleções são compostas. A composição dos volumes, tanto do livro do aluno quanto do MP, é idêntica. O que muda é que o MP vem com indicações de como o professor deve trabalhar algum tema específico em sala de aula, apontando pesquisas, fontes, questões argumentativas, pesquisas a serem feitas na internet, atividades, entre outros. Também destaca-se nessa parte da resenha um resumo sobre o que cada volume proporciona. São mencionados volume⁴², quantidade de páginas, capítulos e um esboço dos temas desde o começo da obra até seu final. A organização da coleção mostra ao professor a quantidade de obras disponíveis no decorrer do 6º ao 9º ano, os conteúdos são exibidos através do próprio índice de cada livro, oferecendo as informações necessárias para os professores prepararem suas aulas no decorrer do semestre.

A organização da coleção é a parte fundamental na organização das resenhas que analisam os conteúdos dos temas que cada livro aborda. É possível preparar um trabalho contínuo com o desenvolvimento dos capítulos. O professor é orientado e tem o conhecimento prévio dos temas que irá trabalhar no decorrer do ano. São poucas as mudanças na ordem dos volumes/temas, já que todos os livros aprovados seguem os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais). Contudo, as informações ainda se diferem de coleção para coleção. Assim, conhecer todos os caminhos que a obra dispõe facilita a preparação das aulas para o professor.

A análise da coleção envolve os aspectos sociais da obra, aqui, é apontado o tratamento que as coleções à questão da cidadania, ao papel do aluno, à construção do sujeito social e pensante. Nesta análise, posso perceber a preocupação em acabar com os estereótipos relativos aos judeus, muçulmanos, negros e índios. Contudo, ainda fica muito vago, pois sempre dão maior foco nesses quatro estereótipos, deixando perceber que só existem pré-conceitos com esses povos, sendo que o continente africano sempre tem destaque quanto é abordado esse tipo de assunto.

Outra parte fundamental da análise das obras é o projeto editorial. As coleções aprovadas são unânimes no quesito “qualidade da proposta gráfica/impressão dos materiais.” Analisando os livros, pode-se notar que as imagens são nítidas, os textos bem formados, o tamanho da letra apropriado para a leitura e o material impresso é de boa qualidade, já que este deve durar no mínimo três anos sem se deteriorar. Toda essa preocupação com o

⁴² Volume 1: 6º ano; Volume 2: 7º ano; Volume 3: 8º ano e Volume 4: 9º ano.

acabamento do livro didático se deve ao comprometimento das gráficas em agregar qualidade a suas obras, como vimos anteriormente, a venda de livros didáticos para o governo movimentava milhões de reais, sendo esta uma desejada fonte de renda para as editoras.

A metodologia da História, nas coleções, estrutura-se, na maioria dos casos, a partir de uma narrativa cronológica estipulada dentro da proposta de “História Integrada”⁴³, que são coleções definidas com temas pautados na cronologia europeia, abordando também alguns temas relativos à história brasileira, africana e americana. A metodologia abrange os termos essenciais do estudo histórico, que são a economia, a política, o social e o cultural dos temas abordados. Esse tipo de coleção representa 93,8% das obras aprovadas no PNLD de História de 2011.

O ensino-aprendizagem também destaca a importância das reflexões sobre a contemporaneidade, estimulando o debate com os alunos por mediação do professor de acordo com o que informam as resenhas: os livros apresentam, no desenvolvimento de cada capítulo, um texto principal com imagens, mapas, gráficos, tabelas e *boxes* que auxiliam o professor/aluno no seu entendimento. Ainda segundo as resenhas, no fim dos capítulos ou mesmo intercalando os assuntos, são desenvolvidas as atividades e os exercícios que estimulam a pesquisa do aluno para colaborar assim para seu aprendizado.

Por fim, também é esboçado o uso do livro em sala de aula. Os pareceristas abordam o perfil do professor que deseja utilizar a obra, relacionando tudo o que foi apresentado sobre o volume com o manual do professor.

⁴³ De acordo com o PNLD de História de 2011, entende-se por História Integrada as coleções cujo agrupamento temático pauta-se pela evocação da cronologia de base europeia integrando-a, quando possível, à abordagem dos temas relativos à história brasileira, africana e americana.

Capítulo 2

O livro didático de História na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra

A Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra está localizada na avenida José Fonseca e Silva⁴⁴, no Setor Oeste da cidade de Uberlândia, no bairro Luizote de Freitas. Esta escola é procurada por alunos de diversos bairros, como Luizote de Freitas I, II e III, Jardim Patrícia, Dona Zulmira, Mansour, Jardim Europa, Jardim Célia, Marta Helena, Shopping Park, Tocantins e Guarani. Contudo, a grande maioria dos alunos mora no próprio Luizote.

Suas atividades iniciaram-se no ano de 1983, com 08 funcionários e 64 professores. Como aponta o Projeto Político Pedagógico da instituição, um destacado problema é “o acesso e a permanência dos alunos”⁴⁵. A Escola tem a capacidade de atender entre 1000-1500 alunos. É um local amplo em relação à estrutura física, ocupando aproximadamente um quarteirão, e é a principal referência escolar do bairro. Em 2011, foram matriculados 1.119 alunos, 575 no período da manhã e 544 no período da tarde. Para conseguir acomodar todos esses alunos, conta com 22 salas de aulas completas, ou seja, cada sala tem em torno de 30 a 35 alunos estudando. No período da manhã, todas as salas são utilizadas; já no período da tarde, somente uma sala de aula fica vaga.

Segundo o PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola, o aspecto socioeconômico é humilde: “a renda familiar de 70% dos alunos não ultrapassa 50% do salário mínimo e 40% não possui casa própria; 30% dos alunos trabalham para reforçar o orçamento familiar”. Acredito que esses dados estão desatualizados, pois, em atividade desenvolvida pelo PIBID referente à situação econômica dos alunos, foi feita a aplicação de questionários⁴⁶, com a constatação de que todos os pais estão empregados: as profissões variam em analista de informática, marceneiro, segurança, caminhoneiro, motorista, autônomo, vendedor, cozinheiro, eletricitista, entregador, farmacêutico, mecânico, descarregador, comerciante,

⁴⁴ Avenida principal do bairro e onde se dispõe uma espécie de centro comercial para o Setor Oeste da cidade. De acordo com o Censo de 2010, o Bairro Luizote de Freitas tem uma população de 19.168 habitantes.

⁴⁵ ESCOLA Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. Projeto Político-Pedagógico. Uberlândia-MG: 2006.

⁴⁶ A avaliação dos questionários feita por mim envolveu 39 alunos decorrentes do 6º, 7º e 8º ano. PROGRAMA Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES. Universidade Federal de Uberlândia. Subprojeto História – Campus Santa Mônica. Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. *Questionário Socioeconômico e Cultural*. Uberlândia, 2011.

pedreiro, gerente de supermercado e engenheiro. Também houve 2 alunos que consideraram como emprego o pai ser presidiário e esses 2 alunos não disseram se recebem o auxílio-reclusão⁴⁷, já que, para seu recebimento, há uma enorme burocracia.

Ao se perguntar sobre o tipo de profissão da mãe, durante o questionário aplicado para o PIBID, foi constatado que somente 6 não trabalhavam. Já as que estão empregadas, suas profissões foram menos diversificadas, como, por exemplo: instrutora, vendedora, televenda, garçonne, diarista, depiladora, costureira, autônoma, dona de casa, auxiliar de dentista, cantineira, cabeleireira e salgadeira. Também foi verificado se os alunos trabalham para complementar a renda familiar. Nesta pesquisa, percebemos que apenas 5 alunos trabalham, e, dentre estes, somente 1 não trabalha com a família. Assim, podemos notar que a maioria dos alunos não trabalha, tendo a dedicação exclusiva para o estudo.

Por fim, foi verificado em qual classe social os alunos consideram estar: 31 se consideraram classe média, 7 classe alta e 1 classe baixa. Foi o esperado a maior proporção dos alunos considerar-se classe média, já que a grande maioria dos pais têm empregos e casa própria. Assim, conseguimos constatar que a situação financeira das famílias analisadas é bem diferente do que aponta o PPP da Escola.

As primeiras impressões sobre a Escola se perdem no olhar, os corredores extensos mostram uma certa amplitude estrutural. O primeiro corredor liga as duas pontas da Escola. Inicialmente, há um pátio grande onde são realizadas as aulas de Educação Física e o lazer dos alunos no recreio. Logo à frente, encontra-se a secretaria e um longo percurso contendo salas de aula, bebedouros, cantina, sala de computação e a sala dos professores.

O segundo corredor também é muito longo, atravessando toda a Escola. Nessa parte, são encontradas a biblioteca, a coordenação da escola, um pequeno espaço onde é realizada a venda de lanches aos alunos e todo um pátio arborizado e repleto de bancos e mesas para os alunos sentarem.

No terceiro corredor, podem-se destacar muitas salas de aula e também o banheiro. Nesta parte, é comum a presença de menos alunos, já que fica mais afastada do pátio e da quadra. Toda a Escola é arborizada e propícia para o rendimento escolar, já que as árvores oferecem sombra para os alunos e também contribuem para deixar o clima mais fresco.

A Escola chama a atenção por ser muito grande fisicamente. Em minha opinião, o espaço físico é muito mal aproveitado, já que, ao lado do terceiro corredor citado acima, há

⁴⁷ Auxílio-reclusão é um benefício concedido as famílias dos detentos, durante um período em que estiver preso sob regime fechado ou semi-aberto. Para o recebimento deve benefício, o detento deveria estar empregado no momento em que foi preso.

um imenso espaço vago, sendo sua utilização quase nula. Neste espaço, é encontrado muito mato, terra e, bem longe das salas, duas pequenas quadras sem cobertura. Muitas vezes já avistei alunos “matando aula” ou então jogando futebol no recreio sob um sol escaldante. Como esta área fica muito longe da área social da Escola, esses alunos muitas vezes ficam sem a supervisão dos inspetores, que são poucos para o grande número de alunos.

Um espaço escolar que me chamou muito a atenção foi a biblioteca. Seu uso pelos professores e alunos é constante. Muitas vezes os professores levam os alunos para assistirem a filmes, pesquisarem em livros, dicionários, revistas ou quaisquer materiais que a biblioteca pode oferecer. Esse tipo de atividade propõe aos alunos um estudo direcionado em grupo, aumentando a vontade destes de fazerem a atividade e lapidar o conhecimento.

Alguns dias, quando estou na Escola, fico na biblioteca, por ser um local mais silencioso, e sempre me deparo com muitos alunos procurando a funcionário responsável e fazendo pedido de livros. Muitas vezes, são livros que os professores pediram, mas algumas vezes os próprios alunos permanecem no local, lendo sobre o assunto que foi pedido. É gratificante ver o interesse de alguns alunos buscando diversas fontes sobre um assunto. No projeto PIBID, utilizamos a biblioteca com os alunos para ensinar como se faz um levantamento bibliográfico. Sempre utilizamos os livros disponíveis para mostrar que a própria escola tem condições de fornecer materiais de qualidade para eles.

Em outra de nossas atividades, trabalhamos no acervo da biblioteca, catalogando e organizando as fileiras de livros e dos diversos materiais que a biblioteca disponibiliza na área de História. Este trabalho ajudou funcionária a se organizar e revitalizar seu espaço de trabalho⁴⁸.

A sala dos professores é o local onde todos os professores se reúnem no horário do recreio ou quando têm alguma “aula vaga”⁴⁹. Nestes momentos, muitas foram as vezes que conversei com os professores sobre o futuro da profissão, como estavam os alunos, a

⁴⁸ Atividade Biblioteca: Organização do acervo didático e paradidático da biblioteca da escola, sua conclusão foi feita no dia 29/04/2012 com o fim da catalogação das obras, onde disponibilizaremos uma cópia para a biblioteca da escola. PROGRAMA Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES. Universidade Federal de Uberlândia. Subprojeto História – Campus Santa Mônica. Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. Biblioteca da Escola. *Ficha para relação do acervo geral*. Uberlândia, 2011; PROGRAMA Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES. Universidade Federal de Uberlândia. Subprojeto História – Campus Santa Mônica. Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. Biblioteca da Escola. *Roteiro para observação do espaço físico, recursos e usos da biblioteca*. Uberlândia, 2011; PROGRAMA Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES. Universidade Federal de Uberlândia. Subprojeto História – Campus Santa Mônica. Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. Biblioteca da Escola. *Ficha para relação do acervo de livros de História*. Uberlândia, 2011.

⁴⁹ “Aula vaga” é o termo destinado para designar as janelas no horário diário do professor. Por exemplo: o professor leciona no primeiro e no terceiro horário, assim, o segundo horário fica vago, sem aulas, quando ele fica esperando na sala dos professores em conversa com os colegas ou corrigindo provas.

disciplina em sala de aula, entre outros. As respostas foram bem variáveis. Lembro-me que um determinado professor me indicou a trocar de curso, escolhendo um que não fosse da licenciatura, já que a profissão, segundo ele, está fadada ao fracasso. Conversando mais com este professor, notei um grande desgosto, que não conseguia se entender com a turma e que as aulas estavam realmente fazendo mal para sua saúde. Contudo, este não poderia parar de lecionar, já que o seu trabalho de professor é o que sustenta sua família. É muito trágico deparar-se com professores nesse estado de carreira, acredito que suas aulas já não devem ter o mesmo sentido ou até mesmo a mesma intensidade de quando era mais novo e talvez ainda acreditasse no valor da educação.

Mas há professores na Escola que estão no auge de suas aulas, animados, descontraídos e bem incentivadores, ajudam e aconselham no que for pedido. A própria convivência com esses professores faz bem aos alunos e à Escola como um todo, já que estes professores realmente acreditam na educação e estão dispostos a se dedicar exclusivamente à educação.

A Escola atende nos períodos da manhã e da tarde e conseguimos notar um maior descontentamento nos professores do período da manhã. Acredito que esse estresse dos professores é devido à idade dos alunos (dos 11 aos 15 anos) por fazerem bagunça, desrespeitarem alguns professores e funcionários e, de maneira geral, darem muito mais trabalho a todos que trabalham na escola. Muitas vezes, alguns alunos não frequentam as salas de aula ou demoram a entrar nelas depois do recreio ou até mesmo na troca de professores. Podemos entender que, na fase em que esses alunos estão, é muito complicado ficar calmo e prestar atenção. Hoje, o cotidiano das pessoas está muito corrido, alguns estão lá por puro divertimento e a sala de aula não é o local preferido desse grupo. Contudo, esses alunos são a minoria, já que muitos conseguem acompanhar as aulas e prestar atenção nas matérias, tirar boas notas, aproveitando tudo o que a escola pode oferecer.

No período da tarde, a escola é totalmente diferente do que é de manhã. Os alunos que estudam nesse horário têm idade de 5 a 10 anos, estão sendo formados como cidadãos, respeitam os professores, funcionários, direção e os próprios colegas de Escola. A sala dos professores, nesse período, é um ambiente descontraído, harmonioso e todos estão contentes com a profissão. É claro que o único motivo de descontentamento dos professores são os baixos salários e o pouco prestígio social, mas o que vemos em relação à sala de aula e ao trabalho em si é uma alegria com o que se faz, e esta alegria se reflete nos alunos, que abraçam, beijam e realmente demonstram um carinho com os professores.

As tensões da Escola podem ser divididas entre esses dois períodos. No período da manhã, tudo é mais agitado, quando vemos alunos brigando entre si, discutindo com professores e funcionários; vemos que, para os professores, não sobra tempo para o descanso, para a conversa, com a maioria estressada pelo descaso em sala de aula, ou então com a própria carga horária que é muito alta e os faz ficar sozinhos, para dar conta de seus afazeres; e, por último, os funcionários, que também trabalham muito para manter a Escola em ordem. Já no período da tarde, tudo é bem calmo e harmonioso, os professores conversam muito entre si na sala dos professores, os alunos são calmos, respeitam a todos, não brigam entre si, não conversam em sala de aula e até mesmo o próprio barulho no horário de aula é inexistente. A Escola deveria ser desse modo no período da manhã, pois talvez seja essa aplicação e esse desenvolvimento dos alunos do período da tarde que os faz estar acima dos índices governamentais do IDEB, como vimos na Introdução.

O livro didático é a fundamental ferramenta de auxílio ao professor para ensinar o conteúdo aos alunos. Como já vimos no primeiro capítulo, a cada três anos, as escolas públicas brasileiras passam pelo mesmo ritual de escolher os livros didáticos que mais se aproximam de sua realidade escolar. A escolha dos livros didáticos é realizada pelos professores com o auxílio da equipe pedagógica da escola, que analisam as resenhas contidas no Guia para escolher os livros que serão utilizados pelos alunos e professores por três anos. O livro didático deve corresponder ao Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), já que este contempla o aluno, professor e a realidade sociocultural da instituição.

O livro didático não deve ser tratado como apático ou então neutro. Sabemos que quem escreve algo produz um texto de acordo com suas vivências e perspectivas. Assim, o livro que será lido por milhões de alunos tem a marca dessa parcialidade, já que é impossível ser neutro. O livro didático vai muito além de uma ferramenta didática, ele está no centro das discussões da escola, pois muitas vezes os alunos não têm outra fonte a não ser ele. Com isso, o que está escrito no livro pode passar a ser verdade indubitável, dificultando o trabalho do professor que tenta mostrar as várias faces de um fato. Para resolver o problema de uma única verdade, o professor de História deve construir um ambiente onde os alunos consigam debater com o livro e não utilizá-lo como verdade acabada, pois o livro transmite cultura das mais variadas formas, apontando as diferentes visões sobre cada problema e gerando forma à História em suas múltiplas faces.

A procura pelo livro didático pelas escolas públicas brasileiras é realmente alta, não é de se espantar que as grandes editoras dominem o mercado, sua abordagem pressupõe ser considerada como uma mercadoria muito valiosa, já que sua venda supera qualquer *best-*

seller. O livro que foi escrito, editado, vendido e comprado desempenha uma função escolar muito importante, assumindo uma função determinista em relação aos conteúdos e estratégias de ensino. É de conhecimento nacional que o livro procura acompanhar os requisitos dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), assim, além do auxílio aos alunos e professores, o livro também procura indicar o caminho correto para o cumprimento do currículo. Muitos outros materiais didáticos são criados para o auxílio do ensino nas escolas públicas brasileiras, contudo, o mais decisivo para a continuidade do ensino é o livro didático, devido à sua qualidade e aos resultados positivos em sua aplicação.

O livro escolhido para a disciplina de História nos setores finais do Ensino Fundamental da Escola foi: *História: Projeto Araribá*, da Editora Moderna. A coleção se apresenta como a oferecer aos professores as condições essenciais para a construção do processo histórico, para a realização das atividades propostas com a indicação de fontes históricas em diferentes seções dos volumes e a sugestão de trabalho em equipe, com fundamental para o desenvolvimento das questões como cidadania e nas propostas de competência do aluno em relação ao seu próprio desenvolvimento, já que há muitas sugestões de literatura, textos, livros e filmes. A temporalidade do livro desenvolve-se em longos períodos organizados cronologicamente, sendo tratados de forma panorâmica, ou seja, abordando faces de um determinado período de estudo e buscando a construção de uma perspectiva interdisciplinar.

No *site* da Editora Moderna⁵⁰ encontram-se, na apresentação do conteúdo de História, informações que norteiam o modo como o livro deve ser trabalhado, denominando o perfil do professor que escolheu essa coleção na apresentação:

Os acontecimentos históricos são apresentados em ordem cronológica, com aprofundamento de temas selecionados.

E, mais à frente:

Prioriza a postura crítica e a formação ética, desenvolvendo atitudes e valores a partir da compreensão de textos e de um conjunto de atividades.⁵¹

Segundo a Editora, o *Projeto Araribá* foi elaborado a fim de atingir os objetivos de aprendizagem, sendo suas propostas focadas na fixação, revisão e compreensão do que foi estudado, com a aplicação dos conceitos em novos contextos. A meu ver, o *Projeto Araribá*

⁵⁰ Disponível em: < <http://www.moderna.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/arariba/historia>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

oferece uma organização clara, permitindo que as informações sejam encontradas com facilidade.

A resenha sobre a coleção que está presente no PNLD de História de 2011, elogia o livro como tendo cores vivas, tipologias diferenciadas de estudo dos traços característicos de um conjunto de dados e muitos infográficos⁵² tornam-se utensílios diferenciados para a contribuição nas aulas, auxiliando na elaboração de dos planos de aula dos professores. As unidades têm páginas duplas, condensando os temas abordados tornando-os diretos, com a apresentação das informações de maneira mais atraente. Analisando o livro, pode-se notar que a utilização do infográfico exercita a capacidade de compreensão e interpretação, situando o assunto na história e no espaço, comparando a história no passado e presente com um linguajar ampliado que conversa de igual para igual com o aluno, articulando os novos assuntos apresentados com os temas já por ele conhecidos. Assim, o entendimento do aluno é auxiliado à medida que a linguagem se torna mais acessível e também este consiga interpretar os acontecimentos tanto no passado quanto no presente. O objetivo do livro parece ser ensinar os alunos a ler texto das mais diversas áreas, despertando o interesse com abordagens atuais similares com o seu cotidiano.

Sobre a organização do livro, a resenha define como: A organização da coleção apresenta estrutura padronizada incluindo os seguintes itens: “apresentação”; “organização da unidade”; “sumário”; unidades com seus respectivos temas ou capítulos e seções; “Planisfério político” e referências bibliográficas. As páginas de abertura das unidades são iniciadas com um pequeno texto sobre o assunto e algumas imagens com o objetivo de explorar o conhecimento prévio do aluno, o estudo do tema, inclui textos principais sobre o tema abordado, deixando em foco a leitura e a própria análise de fontes históricas, incluindo uma subseção que apresenta diferentes tipos de leitura, como lendas, artigos de jornal, trechos de obras historiográficas, poemas, etc. A leitura extra propõe estimular a competência e o enriquecimento do debate formado por diferentes tipos de informações. Ao final do tema estudado por cada unidade, são propostas atividades que englobam os conteúdos tratados. Acredito que esta tática de introduzir o assunto por meio de um pequeno texto pode estimular a leitura do aluno e fazer com que se interesse pelo assunto, já que, na mesma página, há figuras, fontes e curiosidades sobre o assunto que possibilitam despertar sua curiosidade e também comparar com seu conhecimento prévio sobre o assunto.

⁵² São representações visuais de informação explicativas. Os infográficos são usados onde a informação precisa ser explicada de forma mais dinâmica, por meio de ilustrações, diagramas e textos, auxiliando no detalhamento dos fatos que o texto ou a foto não conseguem detalhar com a mesma eficiência.

A história da África no 8º ano remete para a atualidade, relacionando as lutas sociais e igualdade de direitos; já a história indígena só aparece nos 6º a 7º anos. A concepção teórica do livro tem como destaque as questões sobre a cidadania, com o foco nos atores sociais sem uma visão heroica do sujeito. A coleção apresenta positivamente a diversidade cultural e étnico-racial que compõe a sociedade contemporânea.

O método de ensino/aprendizagem pretende valorizar a competência leitora, já que a obra é formada por uma certa diversidade de gêneros textuais e fontes de pesquisa. Avalio que o perfil do professor que deseja optar por esta coleção assume uma grande responsabilidade de explorar a obra ao máximo, fomentando o debate e articulando os conteúdos de outras áreas; a reflexão dos temas por diversos olhares pode enriquecer o debate historiográfico.

A coleção é composta por 4 volumes, abrangendo os 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Cada um desses volumes é organizado em 8 unidades. O presente trabalho analisa o Volume 3, dedicado ao 8º ano, que contém:

255 páginas. Apresenta: Expansão da América Portuguesa; Época de Ouro no Brasil; Revoluções Inglesas do Século XVII e a Revolução Industrial; Era da Ilustração, Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa; Era de Napoleão, Independência da América Espanhola; Independência do Brasil e Primeiro Reinado; Revoluções na Europa; Unificação da Itália e da Alemanha e Expansão dos Estados Unidos Para o Oeste; Brasil: da Regência ao Segundo Reinado.⁵³

Por fim, podemos notar que o livro é bem eclético para o professor que opta pelo debate enriquecido de informações dos mais diferentes assuntos. As propostas de estudo são bem diversificadas, permitindo a compreensão do processo de construção do conhecimento histórico com foco na compreensão do mundo, de modo a abranger passado e presente. Acredito que a investigação sobre o legado das figuras históricas interliga seus feitos e ações, e, nesta perspectiva, remete o sujeito histórico como ator participante ativo da construção da história, estabelecendo conexões sobre a realidade do aluno.

A chegada deste livro didático, como de todos os outros, é feita da mesma maneira. Inicialmente, os pedidos de livros didáticos por parte dos professores ao Ministério da Educação, são feitos pela internet, a fim de facilitar a burocracia do sistema de requisição do material. É necessário entrar no *site* do FNDE⁵⁴ (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e escolher o *link* PNLD 2011 que já é autoexplicativo, pois, no *site* mesmo, vem os

⁵³ BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2011*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 120 p. (Anos Finais do Ensino Fundamental). p. 86.

⁵⁴ Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2013.

escritos “Clique aqui e acesse o sistema de escolha do livro didático”. A próxima página é um sistema de controle do material didático, onde aparece um quadro para fazer o *login*. Nesse quadro, é necessário inserir o “Nome de usuário” e a “Senha”. É importante ressaltar que, em caso de roubo, furto ou perda da senha, é necessário que o responsável volte à Carta-Circular N° 04/2010 – FNDE/MEC para ler as orientações de registro da escolha do PNLD 2011/2012/2013 (6° ao 9° ano), que são enviadas às escolas e que, caso tenha perdido também essa carta, ela está disponível no site do FNDE na seção de “Destaques”.

Após confirmar o usuário e a senha, o responsável pelo pedido do livro está dentro do portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e é transferido para o SIMAD (Sistema de Material Didático). Ali, as únicas opções do Menu são: “Escolha” e “Sair”. O próprio site é autoexplicativo. Na página, há a indicação: “SIMAD – Sistema de Material Didático – Para iniciar favor clicar na opção menu (lado superior esquerdo da tela)”. Assim, o responsável deve clicar em “Menu” e depois em “Escolha”. Na página de escolha, o responsável deve digitar o CPF e clicar em “Busca”. A direção da escola deve designar um responsável para efetuar o registro da escola no sistema.

O próximo cadastro refere-se aos dados do responsável. É necessário tomar muito cuidado ao inseri-los porque eles não poderão ser alterados. A próxima opção é a seleção dos livros. Caso não seja escolhido nenhum livro, a escola receberá as coleções mais escolhidas durante os anos de 2011, 2012 e 2013. No caso da Língua Estrangeira, os componentes se dividem entre inglês e espanhol, e, caso seja escolhida apenas uma das alternativas, a escola receberá a coleção inteira, mas, se optar pelas duas disciplinas, a escola receberá 50% de cada coleção. Mesmo se a escola não optar por nenhuma das línguas estrangeiras, a escola ainda recebe 25% de cada coleção.

O cadastro do responsável é necessário outra vez: o sistema mostra os dados, a ciência dos compromissos da escola e, por último, o código de segurança que é necessário para novos acessos.

O próximo passo para o pedido dos livros é o registro da escolha. Neste, todas as disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Língua Inglesa e Língua Espanhola). Para efetuar a escolha, o responsável deve digitar o código da escola e o nome da mesma. Seguindo para as opções, é necessário que se coloque a 1° opção e 2° opção de livro didático da área, como mostra a imagem abaixo:

FND E		Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Ministério da Educação
Escolha		ESCOLHA - SIMULAÇÃO	
 Atenção! Para registrar a escolha, clique no campo "CLIQUE AQUI" correspondente a cada componente e opção. Para cada componente curricular, você deve registrar duas opções. Registrada a 1ª opção para um componente, você só poderá gravar o registro da escolha se a 2ª opção deste componente também tiver sido registrada. Clique em GRAVAR, na parte inferior direita da sua tela, após registrar a escolha. Registro de Escolhas e/ou alterações que não forem devidamente gravados no Sistema não serão considerados. Você PODE ALTERAR A ESCOLHA até a data final do período de registro da escolha (04/07/2010), e PREVALECERÁ O ÚLTIMO REGISTRO DE ESCOLHA GRAVADO.			
PNLD 2011	Código : 'Código da Escola' 'Nome da Escola'		
	1ª OPÇÃO	2ª OPÇÃO	
LÍNGUA PORTUGUESA	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	
MATEMÁTICA	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	
HISTÓRIA	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	
GEOGRAFIA	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	
CIÊNCIAS	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	
LÍNGUA INGLESA	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	
LÍNGUA ESPANHOLA	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	
:: Voltar ::		:: Gravar ::	

Quadro de registro de escolha do livro didático no PNLD 2011.
 FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.⁵⁵

Na primeira opção, o sistema mostrará as opções de escolha de cada matéria, com código, título, tipo e editora da coleção. Cabe ressaltar que, caso a primeira opção de livro escolhida não esteja disponível, a escola receberá a segunda opção sugerida. Para confirmar as opções sugeridas, o responsável pelo cadastro dos livros deve escolher a opção Gravar, após ter selecionado as duas opções de cada matéria. Após todas as escolhas feitas e do responsável ter gravado as mesmas, é gerado um comprovante de escolha, que mostra um resumo de todas as coleções registradas para cada componente. A escolha poderá ser alterada até um determinado período, sendo prevalecida a última escolha gravada.

Com tantas funções designadas ao livro didático, foi montada na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra uma comissão formada pelos professores e mais o grupo pedagógico da escola para a escolha dos livros que iriam ser utilizados nos anos de 2012,

⁵⁵ Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/5700/5770/24062010_passo_a_passo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2013.

2013 e 2014. A comissão responsável por avaliar os livros de História foi formada pelas professoras Giselda Paiva Xavier da Silva, Ana Carolina Araujo e Silva, Maria Betânia Firmino Lobato e Maria Lúcia Honório Santos. Já o grupo pedagógico que auxiliou na escolha dos livros foi formada pelas pedagogas Maria Inês Narciso Lobato e Maristela Medeiros Costa. Para o desenvolvimento de minha pesquisa sobre o uso do livro em sala de aula, escolhi os 8ºs anos, com a professora Giselda Paiva Xavier da Silva. Ao entrevistar a professora Giselda, minha primeira pergunta foi se ela fez parte da escolha do livro didático utilizado, e como foi esta escolha, sua resposta: “Sim; a escolha é realizada pela equipe de professores da escola. Após uma análise individual dos títulos disponíveis é realizado uma discussão em equipe para definir a escolha.”⁵⁶ É importante ressaltar que a escolha dos livros didáticos foi feita dentro do tempo estipulado pelo MEC para PNLD de 2011, os livros poderiam ser pedidos via internet até o dia 04 de abril de 2010.

A reunião dos professores com a equipe pedagógica da escola para a escolha do livro didático é feita por partes. As pedagogas se reúnem com os profissionais de cada área para definir as coleções a serem pedidas. Como vimos anteriormente nas palavras da professora Giselda, cada professor analisa individualmente as obras para a reunião, assim, quando chega a hora de todos os professores da área se reunirem, já há uma ideia das obras a serem escolhidas. Ao ser perguntada sobre o que a fez optar pelo livro escolhido, a professora Giselda respondeu: “Entre as opções, este foi escolhido pela maioria da equipe de professores”. Consegui perceber, com essas palavras, que os professores já têm uma ideia prévia das coleções que vão escolher, sendo que a reunião com a equipe pedagógica da escola é mais para um apoio das decisões.

Outro fator importante para a escolha do livro didático é a análise dos resumos no Guia do Livro Didático do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Perguntei se a professora Giselda analisou os resumos do programa e a resposta foi positiva: “Análise realizada em conjunto com a equipe pedagógica da escola, visando conhecer as normas estabelecidas pelo programa”. Assim, são feitas duas análises do programa, uma individualmente e outra coletiva, com o intuito de escolher a obra que se adapta melhor à realidade da escola.

A escolha dos livros na Escola também tem suas peculiaridades. Em entrevista com a professora Giselda, foi afirmado que cada professor tem o voto final para as coleções de acordo com as séries em que atuam. Como na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro

⁵⁶ SILVA, Giselda Paiva Xavier da. *Questionário*. Uberlândia, 15/05/2012.

Serra as matérias de cada série são divididas entre os professores, por exemplo, somente um leciona no 6º ano, outro leciona no 7º e 8º ano e outro no 9º ano, cada professor conhece as especificidades de seus alunos. Na medida em que cada um já tem o conhecimento prévio das séries com que vão trabalhar, e, na medida em que conhecem as particularidades de material que é preciso para conseguir os melhores resultados em suas aulas, com isso, o debate em grupo, além de ajudar a escolher as coleções, dá maior confiança e coerência para as obras que forem escolhidas. Mesmo que o professor atuante tenha a palavra final, não há problemas ou brigas sobre as obras escolhidas.

A equipe pedagógica da Escola também foi entrevistada sobre a aquisição dos livros didáticos. Como já dito antes, os professores têm total autonomia na escolha dos livros, mas o apoio pedagógico é fundamental para a aquisição. Nas reuniões pedagógicas é levada em conta a realidade da escola inserida no bairro. A Escola localiza-se no bairro Luizote de Freitas II, considerada uma área periférica na cidade de Uberlândia, com população de 19.168 habitantes, segundo o Censo 2010, e é tida como uma referencia no bairro, contando com 1.119 alunos diariamente provenientes de muitos bairros próximos. É difícil diagnosticar a realidade escolar de cada aluno, já que esta pode variar muito. Contudo, há sempre pontos similares que ajudam a definir o grupo de alunos por séries.

Em relação aos pedidos dos livros didáticos, a pedagoga Maria Inês responde com tranquilidade, diz que já auxilia a fazer o pedido há tanto tempo que se tornou algo comum para ela, quando as datas de entrega e também aos pedidos. Fui informado que, nos últimos 5 anos, os livros foram entregues dentro da data estipulada e sempre na primeira opção, embora não tenha sido sempre assim. Há cerca de 10 anos atrás, nem sempre os livros chegavam na área estipulada e a primeira opção nem sempre era a que chegava, passando pela segunda opção, e, às vezes, vinha o livro mais pedido pela cidade de Uberlândia e não os que estavam na primeira e segunda opção da escola especificamente.

A prática de devolução dos livros também mudou no decorrer dos anos. Atualmente, a fiscalização é bem rigorosa para os alunos devolverem os livros para que os próximos alunos possam utilizar. Isso acontece de ano a ano no decorrer de três anos. No último ano em que os alunos usam o livro, ao final do período de três anos de cada fase do PNLD, esse também necessita ser devolvido, pela escola, ao Ministério da Educação. Contudo, não é o que acontece na maioria das vezes, pois muitos alunos esquecem e ficam com os livros. Os livros que são devolvidos à escola pelos alunos ficam em um depósito e podem ser doados para outras escolas, bibliotecas e instituições, já que o espaço físico é pouco na Escola e logo irão

chegar livros novos. Acredito que os livros, ficando com os alunos, podem ser fontes de pesquisas.

Na Escola, também há o pedido anual de nova remessa de livros. Estes são pedidos para todas as áreas de ensino. Sua funcionalidade se resume em suprir os livros sumidos ou não devolvidos pelos alunos no tempo de vida útil de utilização (3 anos). Assim, a cada ano, a escola faz o pedido ao MEC para conseguir livros para todos os alunos. Perguntei quantos livros são pedidos para cada matéria, e a resposta foi de aproximadamente 25% para todas as coleções. Assim, notamos que, como no período matutino são matriculados aproximadamente 600 alunos, sendo que cada aluno ganha aproximadamente 6 livros, dos 3.600 livros distribuídos a todos os alunos do Ensino Fundamental, ainda são necessários acrescentar cerca de 900 livros para suprir a necessidade de todos os alunos. Este número é muito alto, já que, se os alunos e responsáveis tivessem a responsabilidade de entregar os livros ou então zelar por eles, não seria necessário gastar tanta verba pública com os novos livros. Os novos livros que chegam são guardados na biblioteca, para que, no próximo ano, sejam entregues aos alunos.

Por fim, entrevistando a funcionária responsável pela biblioteca da escola, Maria do Socorro, que atua no período da manhã, perguntei como é feita a distribuição de cada livro para a os alunos de cada série. A resposta é variada: são separados os kits para cada aluno, depois, os professores de cada série levam os alunos para a biblioteca e cada aluno retira seu kit com os novos materiais. Assim, a distribuição de livros é feita de sala em sala.

A foto gráfica a seguir mostra a chegada das novas remessas de livros que a escola solicitou para suprir a necessidade dos alunos:



Novos materiais didáticos das coleções pedidas.
Biblioteca da Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra.
Foto tirada em 24 nov. 2012.

A sala de aula é o local onde se desenrolam as práticas de ensino e aprendizagem que norteiam toda a construção do ensino. Em minha trajetória acadêmica, adquiri experiência empírica com o Estágio Supervisionado do Curso de História, ao conviver com duas professoras, Ana Beatriz⁵⁷ e Jacqueline⁵⁸, na Escola Estadual Segismundo Pereira⁵⁹, também em Uberlândia. As duas professoras me ensinaram muito como ministrar as aulas, utilizando ou não o livro didático. Atualmente, estou no PIBID, acompanhando também as aulas da professora Giselda nos 8º anos na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra, que é o foco do presente projeto.

O domínio dos conteúdos é fundamental para que os professores não sejam silenciados pelos livros didáticos. A identidade docente é formada pelo domínio dos conteúdos junto às estratégias necessárias para a mediação didática para os alunos, formando assim um trabalho sólido com os atributos favoráveis para ser um bom professor. O professor que não tem segurança no próprio conhecimento ou não acredita nos seus métodos didáticos está fadado a

⁵⁷ Ana Beatriz dos Santos Carvalho é graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.

⁵⁸ Jacqueline Aparecida Mendonça é graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia

⁵⁹ Escola Estadual Segismundo Pereira, situada na Avenida Ortízio Borges, no bairro Santa Mônica, em Uberlândia –MG.

reproduzir o conhecimento acumulado nos livros didáticos, com uma aula pouco motivadora e que não cria debates significativos com seus alunos. Por isso, cabe destacar a importância de um repertório crítico do professor sobre a construção do conhecimento histórico, utilizando das palavras das professoras Maria Auxiliadora Schmidt⁶⁰ e Marlene Cainelle⁶¹ no livro *Ensinar História*:⁶²

Alguns estudos apontam a importância da forma de utilização dos livros em sala de aula. Nesse sentido, pode-se afirmar que, dependendo da maneira de utilização do livro pelo professor, o conhecimento histórico assume, na relação ensino-aprendizagem, determinados significados: desde um conhecimento que não tem nenhum sentido para o aluno, até a possibilidade de trabalhar conhecimentos que contribuam para sua formação mais crítica e consciente, pois há estreita relação com suas experiências e sua realidade.

Diferente do perfil professor inseguro, acompanhei as aulas da professora Giselda nos 8º anos na Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. As aulas da professora Giselda são animadas e calorosas em relação aos debates, dando sempre atenção e a palavra aos alunos que têm algo significativo a contribuir com a construção do saber. Em minha entrevista com a professora, perguntei como ela utiliza o livro didático, sua resposta foi: “Como material de apoio para leitura, discussão, debate, entre outras fontes utilizadas.”⁶³ Também tive curiosidade em perguntar se os alunos necessitam utilizar o livro como apoio para a construção do conhecimento e sua resposta foi: “Sim. Para muitos alunos da escola pública é a referência mais próxima de conhecimento.”⁶⁴

Encontramos em suas palavras a realidade vivida pelas escolas públicas. É notório que a Escola se caracteriza por conseguir dar o suporte para que o aluno entre em contato com os materiais que lhe proporcionem o desenvolvimento do conhecimento, contudo é dever do professor guiar o aluno de maneira responsável e profissional para que este consiga o maior êxito possível em sua formação. O momento de trabalho na sala de aula é a ação de um planejamento feito pelo professor, como lembra Amanda Penalva Batista⁶⁵:

⁶⁰ Professora doutora em História e Pós-doutora em Educação pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

⁶¹ Professora doutora em História.

⁶² SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história: o livro didático e o ensino da História*. São Paulo: Scipione, 2004. p. 137.

⁶³ SILVA, Giselda Paiva Xavier da. *Questionário*. Uberlândia, 15/05/2012.

⁶⁴ Id. *ibid*.

⁶⁵ BATISTA, Amanda Penalva: *Uma análise da relação professor e o livro didático*. 2011. 65 p. Monografia (Graduação em Pedagogia)–Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011. p. 44.

Sabe-se que o ofício do professor está muito além da sala de aula; ele planeja suas atividades conforme seus objetivos de ensino, traçando o currículo para aquela turma. No ensino a partir dos interesses dos alunos, o professor “abre mão” do seu papel de ser o orientador da aprendizagem para primeiro descobrir no que as crianças se interessam e assim traçar o currículo da sala. O problema aparece porque a criança ainda não tem maturidade suficiente para saber o que deve ou não ser aprendido, já que isso compete ao professor, e por isso em muitas escolas se tem a constatação que se perdeu o foco da aprendizagem.

As palavras citadas acima apontam o desenvolvimento prévio das atividades que o professor deve desempenhar ao preparar sua aula conforme a sala atuante, seguindo claramente o plano de aula como um guia para sua atuação em sala. A chance de esquecer o conteúdo ou deixar de fazer algo importante durante a aula diminui muito, o controle do tempo em sala também é importante no desenvolvimento de seu plano, que deve conter a explicação dos objetivos propostos para a aula. O planejamento é pessoal, já que o professor convive com os alunos e consegue identificar o que seria mais efetivo para aquele momento, acompanhando claramente o nível da sala e sua realidade.

Analizando a prática docente da sala do 8º ano, pode-se afirmar que a professora Giselda não coloca o livro didático como o centro de sua prática pedagógica, reduzindo a sua importância por entendê-lo como complemento de seu trabalho. No período de pesquisa, de março de 2012 a dezembro de 2012, em que estive acompanhando suas aulas, o livro didático foi utilizado como apoio de leitura, debates, pesquisas e para a realização dos exercícios propostos. Este uso do material didático não diminui a importância do professor em sala, pois o docente consegue fazer a mediação entre o conteúdo e o aluno, mostrando que, na disciplina de História, não existe uma única verdade e sim múltiplas possibilidades de reflexão que possam ser passadas e analisadas pelos sujeitos históricos do presente, sendo as informações contidas no livro uma entre essas várias possibilidades.

A relação entre o professor e o livro didático deve ser feita com a autonomia e competência do professor em relação a qualquer material de ensino-aprendizagem. O processo de construção do conhecimento deve ser desenvolvido utilizando o maior número de fontes possíveis com o intuito de fazer o aluno refletir sobre o meio social em que vive. A obtenção das fontes e o estímulo dado pelo professor exigem muito de sua competência, inclusive como agir quando somente utiliza o livro didático em situações polêmicas envolvendo paradoxos, como a oposição entre Criacionismo e Teoria da Evolução ou então religião. Contudo, o professor deve sempre ter uma postura clara sobre suas referências, pois

ele necessita passar confiança e trabalhar com o aluno o desenvolvimento de reflexão histórica com a consideração daquelas possibilidades.

Assim, a relação entre o professor e o livro didático é delimitada na sala de aula com o enfrentamento dos desafios e limitações das situações do cotidiano. Na escolha do livro didático, o professor é beneficiado por trabalhar com a coleção que mais lhe convém para ministrar suas aulas e essa utilização pode facilitar o ensino e a aprendizagem dos alunos, já que o livro didático é o principal material de suporte das escolas públicas brasileiras.

O livro pode oferecer múltiplas contribuições para os alunos, como o aumento da capacidade de ler (contribuindo para a expansão do vocabulário e compreensão das palavras), integração e sistematização da matéria (o ordenamento dos livros e feita de acordo com cada ano da escola, assim eles seguem um mesmo padrão temporal), revisão de conteúdos trabalhados em sala de aula, e, por fim, desenvolvimento de hábitos de independência e de autonomia de estudo, já que o aluno consegue estudar e revisar tudo o que foi trabalhado em sala de aula, sem precisar da presença física do professor.

Cada aluno tem seu ritmo educacional com facilidades e dificuldades nas diferentes matérias. Por meio do livro didático, o aluno que tem dificuldade com alguma matéria ou até mesmo que faltou em uma determinada aula pode utilizar o livro para conseguir alcançar seus amigos em relação ao aproveitamento da disciplina. Essa dedicação do aluno ao revisar a matéria pode contribuir para o ganho de tempo em sala de aula, pois, com o trabalho em sua casa ou em outro local de estudo, tem a possibilidade alcançar a turma e dar seguimento ao seu desenvolvimento escolar.

Acompanhando as aulas da professora Giselda em todos os 8ºs anos da Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra, pude notar que muitos alunos aprendem se divertindo com o livro, muitas curiosidades, figuras e textos despertam a atenção deles fazendo-os buscar o conhecimento sobre determinado assunto. É prazeroso ver alunos lendo, e discutindo com a professora sobre determinado assunto que o livro traz, também pude notar o cuidado que estes alunos tem o material, pois muitos alunos encapam os livros e quando grifam alguma coisa no texto é feito de lápis.

Auxiliei também em sala de aula os alunos a fazerem trabalhos de pesquisa com o próprio livro, alguns alunos que têm maior dificuldade não se esforçam para entender o parágrafo, e somente querem copiar trechos do livro. Contudo, não é a maioria. Consegui consolidar, trabalhando com alguns grupos, que estes precisavam escrever o que haviam entendido do assunto, ou até mesmo do parágrafo que estavam dispostos a copiar. Ao se trabalhar a interpretação dos alunos, utilizando o livro como uma ferramenta, consegue-se

desenvolver um belo trabalho, poupando a professora de ler extensos parágrafos muitas vezes sem nexos e aprimorando o conhecimento do aluno de modo a que não copie o livro, mas tente utilizá-lo como forma de construir seu próprio conhecimento.

O livro didático é um dos elementos centrais nesse processo de ensino e aprendizagem por se apresentar, muitas vezes, como única referência bibliográfica para os alunos ou até mesmo para o professor. Esta “fonte única” de conhecimento histórico se ramifica em diversos caminhos produzidos por quem o utiliza. A má orientação do aluno pelo professor em relação à leitura do livro pode gerar o distanciamento do propósito para que este foi escrito, já que o senso crítico do aluno está em formação, o que faz com que necessite juntar o máximo de informações possíveis das “múltiplas verdades” oferecidas pelo livro e organizar seus pensamentos de forma clara e consistente, forjando o conhecimento a partir de sua leitura e experiência.

As alternativas positivas a serem exploradas com a utilização do livro didático são diversificadas na medida em que sua contribuição para a educação brasileira é notada em todas as disciplinas. Contudo, o que sempre está em foco ao se falar da educação são os problemas provenientes do baixo prestígio da profissão professor, as baixas notas dos alunos e o pouco interesse deles e de seus pais com a educação.

No PIBID, realizamos questionários para os alunos do 6º ao 9º ano com o intuito de mapearmos as condições socioeconômicas e culturais dos mesmos e analisar as relações entre o processo de ensino-aprendizagem, o ambiente escolar, o bairro e a cidade. Em duas perguntas dos questionários, averiguamos a qualidade da escola e o que esta poderia melhorar. As respostas foram diversas em relação à qualidade. Todas as alternativas sugeridas (péssima; ruim; regular; boa; ótima) foram selecionadas pelos alunos. Na parte em que estes deveriam opinar sobre as melhorias a serem feitas na Escola, muitos se lembraram das quadras, da sala de computação, de maior tempo para o recreio, entre outros. Todas essas sugestões estão ligadas ao fator social destes alunos, eles não têm o hábito de se comprometerem e dar valor à educação. De todos os 39 questionários que analisei, não houve sugestão para a aquisição de livros melhores, de professores mais qualificados ou até mesmo de um espaço que propicie uma melhoria do desenvolvimento educacional⁶⁶.

Mesmo com o fato de os livros didáticos terem evoluído em qualidade, nos últimos anos, muitos alunos ainda não têm maturidade, ou instrução de seus familiares, sobre a

⁶⁶ PROGRAMA Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES. Universidade Federal de Uberlândia. Subprojeto História – Campus Santa Mônica. Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. *Questionário Socioeconômico e Cultural*. Uberlândia, 2011.

importância do livro como ferramenta de ensino. Nesta idade (11 aos 15 anos), alguns alunos veem a escola como um local de passeio, onde paqueras e outras preocupações tornam-se essenciais para se destacarem neste meio. Estes poucos alunos conseguem atrapalhar muitos outros, já que a bagunça ou até mesmo os maus exemplos desviam a atenção dos alunos, prejudicando-os no seu aprendizado. Esses poucos alunos que atrapalham o desenvolvimento de muitos outros acostumaram-se à promoção automática, não há mais a dedicação com o ensino. E os alunos que não se dedicam, mesmo assim, conseguem prosseguir nas séries seguintes, enfrentam a falta de pré-requisitos dos anos anteriores. O que gera uma baixa compreensão das matérias e um costume de não estudar em casa, por saberem que vão ser aprovados novamente pelo nosso sistema. O hábito de trabalhar pouco e alcançar os mesmos resultados daqueles que se dedicam arduamente gera um pensamento de que o estudo não serve para nada, fazendo assim sua estadia na escola ser utilizada para outros motivos, menos o de aprender.

Mesmo com esses problemas, uma boa parte dos alunos se dedica ao ensino e estuda para se formarem como cidadãos ou ingressar em boas faculdades. Em conversa informal com o professor José Renato, que ministra Biologia no Colégio Promove (agora Integração Minas), uma escola particular da cidade de Uberlândia que comumente recebe, no Ensino Médio, os alunos da Escola Leônidas que concluem o Ensino Fundamental, este me disse que o “Leônidas” sempre manda bons alunos para, alunos dedicados, comportados e comprometidos com a educação. Muitos conseguem suas vagas em universidades públicas, como ocorre na maioria dos casos deles ingressarem na UFU.

Considerações Finais

Meu objetivo nesta monografia foi o de debater sobre o PNLD do ano de 1995 até o ano de 2011, apontando suas mudanças e melhorias no decorrer dos anos. Além de discutir sobre as melhorias gerais do PNLD de apresentação, refleti sobre o que o PNLD de História de 2011 oferece de melhoria para os professores da rede pública de ensino. Acredito que a obrigatoriedade dos pareceristas foi uma das principais melhorias do PNLD como um todo, já que estes avaliam os livros relacionados à sua área, apontando os benefícios e falhas que os livros contem, além de instruir os professores que queiram usar as obras por meio das resenhas de cada livro.

A Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra foi o local de minha de minha pesquisa. Foi muito gratificante ser acolhido pela Escola e conseguir descrevê-la apontando seus pontos positivos e negativos. Os professores, alunos e funcionários também tiveram seus papéis fundamentais em meu trabalho, se destacando como sujeitos históricos daquele local.

A profissão de professor é muito debatida entre os estudiosos, muitos estão acostumados a apontar sempre os mesmos problemas. Contudo, são poucos os que realmente saem de seu conforto e adentram ao espaço escolar para conferir no cotidiano como está a educação pública brasileira. No meu caso, o projeto PIBID me proporcionou uma realidade totalmente nova do que eu havia vivido nos estágios supervisionados ou então como aluno das disciplinas do curso de graduação. A possibilidade de poder acompanhar de perto o funcionamento de uma escola pública me levou a refletir sobre a educação pública no Brasil como um todo. Para isso, utilizei os dados do próprio IDEB de 2011, tanto sobre a Escola como sobre o próprio país. Minha surpresa foi positiva, já que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a Escola teve um índice comparado aos dos países desenvolvidos, embora, já nos anos finais do Ensino Fundamental tenha havido a decepção que todo o país está enfrentando, com índices baixos, não superando as metas estipuladas pelo governo.

Por fim, acredito que o uso adequado do livro didático como ferramenta de auxílio para o professor fornece possibilidades variadas para o enriquecimento de suas aulas, conseguindo conjugar qualidade e segurança referente ao cronograma do que é obrigatório ser trabalhado no decorrer do ano. O livro também pode ser uma ferramenta essencial para o aluno, já que, com ele, o aluno pode estudar em casa, recuperar alguma matéria perdida,

descobrir novas informações, aprimorar sua leitura, levantar curiosidades sobre muitos assuntos e cruzar as informações de diversos livros que são encontrados na biblioteca ou em sua própria casa para conseguir construir seu próprio conhecimento.

Anexo 1

Questionário realizado com a professora Giselda Paiva Xavier da Silva

Nome: Giselda Paiva Xavier da Silva

Anos de profissão: 15 anos

Escola atuante: Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra

Série atuantes: 8º anos

Pergunta: Qual o livro didático utilizado nas séries atuantes:

História – Projeto Araribá – Editora Moderna

Pergunta: Fez parte da escolha do livro didático utilizado? Como foi esta escolha?

Sim; a escolha é realizada pela equipe de professores da escola. Após uma análise individual dos títulos disponíveis é realizado uma discussão em equipe para definir a escolha.

Pergunta: O que a fez optar pelo livro escolhido?

Entre as opções, este foi escolhido pela maioria da equipe de professores.

Pergunta: Analisou os resumos do Programa Nacional do Livro Didático? (x) sim () não.

Por quê?

Pergunta: Análise realizada em conjunto com a equipe pedagógica da escola, visando conhecer as normas estabelecidas pelo programa.

Pergunta: O que mais chamou atenção no livro?

Proposta de projetos

Pergunta: Já encontrou algum erro no livro escolhido? (x) Sim () Não. Em caso afirmativo, explique qual.

Pergunta: Você considera que os alunos necessitam utilizar o livro como apoio para a construção do conhecimento? Explique.

Sim. Para muitos alunos da escola pública é a referência mais próxima de conhecimento.

Pergunta: Como você utiliza o livro didático em suas aulas?

Como material de apoio para leitura, discussão, debate, entre outras fontes utilizadas.

Pergunta: Quem fez os pedidos dos livros para a escola? Como foi?

Após a escolha, os títulos são encaminhados pela equipe pedagógica

Pergunta: Você conhece todos os procedimentos até a entrega dos livros na escola?

Explique.

Não.

Fontes

Documentos legais:

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 1995*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1994. (5.^a a 8.^a séries).

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 1997*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1996. (5.^a a 8.^a séries).

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2002*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2001. (5.^a a 8.^a séries).

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2005*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004. (5.^a a 8.^a séries).

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2008*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 124 p. (Anos Finais do Ensino Fundamental).

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2011*. História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 120 p. (Anos Finais do Ensino Fundamental).

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, DF, s./d.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n.4/1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEB, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n.7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.4/2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CEB n.2/1998. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEB, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n.11/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 7/2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Conteúdo Básico Comum – CBC. *Conteúdos Básicos Curriculares de História do Ensino Fundamental*. Belo Horizonte: SEE, 2005.

Documentos escolares:

ESCOLA Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. *Projeto Político-Pedagógico*. Uberlândia-MG: 2006.

ESCOLA Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. *Regimento interno*. Uberlândia-MG: 2006.

PROGRAMA Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES. Universidade Federal de Uberlândia. Subprojeto História – Campus Santa Mônica. Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. Biblioteca da Escola. *Ficha para relação do acervo geral*. Uberlândia, 2011.

PROGRAMA Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES. Universidade Federal de Uberlândia. Subprojeto História – Campus Santa Mônica. Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. Biblioteca da Escola. *Roteiro para observação do espaço físico, recursos e usos da biblioteca*. Uberlândia, 2011.

PROGRAMA Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES. Universidade Federal de Uberlândia. Subprojeto História – Campus Santa Mônica. Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. Biblioteca da Escola. *Ficha para relação do acervo de livros de História*. Uberlândia, 2011.

Entrevistas:

SILVA, Giselda Paiva Xavier da. *Questionário*. Uberlândia, 15/05/2012.

PROGRAMA Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES. Universidade Federal de Uberlândia. Subprojeto História – Campus Santa Mônica. Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra. *Questionário Socioeconômico e Cultural*. Uberlândia, 2011.

Livro didático:

APOLINÁRIO, Maria Raquel. *Projeto Araribá História*. São Paulo: Moderna. 2011.

Sítios virtuais:

<http://www.editorasaraiva.com.br/>

<http://www.fnde.gov.br/>

<http://www.moderna.com.br/>

<http://portal.mec.gov.br/>

Bibliografia

- ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe Maria. *O saber histórico na sala de aula*. 11. ed., São Paulo: Contexto, 2008.
- BATISTA, Amanda Penalva: *Uma análise da relação professor e o livro didático*. 2011. 65 p. Monografia (Graduação em Pedagogia)–Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.
- BOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- CABRINI, Conceição et alii. *O ensino de história: revisão urgente*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. *História*, São Paulo, v. 23, n. 1 e 2, p. 33-48, 2004.
- CHIAPPINI, Ligia (Coord.). *Aprender e ensinar com textos nas escolas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Discutindo a memória, ensinando a história: uma experiência de educação continuada na PUC-SP. *Projeto História*. São Paulo, n. 17, p. 415-428, ago. 1998.
- DAVIES, Nicholas. *Livro didático: apoio ao professor ou vilão do ensino de história?* [on line] Disponível em: <http://www.uff.br/departamentos/docs/_politica_mural/livro_didatico.doc>.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas: Papirus, 2005.
- FURET, François. Da história narrativa à história problema. In: _____. *A oficina da história*, Lisboa: Gradiva, 1985. p. 21-98.
- GATTI JÚNIOR, Décio. *Livro didático e ensino de história: dos anos 60 aos nossos dias*. 1998. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Uberlândia: EDUSC/EDUFU, 2004.

GATTI JÚNIOR, Décio. Estado e editoras privadas no Brasil: o papel e o perfil dos editores de livros didáticos (1970-1990). *Caderno Cedes*, Campinas, v. 25, n.6 7, p. 365-377, set./dez. 2005.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GONZÁLES ARROYO, Miguel. *Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOPES, Alice C. Os parâmetros curriculares para o ensino médio: quando a integração perde seu potencial crítico. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 389-403, set. 2002.

MANTOVANI, Katia Paulilo. *O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD*. Impactos na qualidade do ensino público. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

MANSUR, Alexandre; VICÁRIA, Luciana; LEAL, Renata. O que estão ensinando às nossas crianças? *Época*, São Paulo, 22 out. de 2007.

MARTINS, Ângela M., Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio: avaliação de documento. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.109, p. 67-87, mar, 2000.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 271-296.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 1992/ago. 1993

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PAULINO, André Luiz. A produção didática da história nos manuais para professores. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, n.36, p. 319-338, maio/ago. 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história: o livro didático e o ensino da História*. São Paulo: Scipione, 2004..

SILVA, Marcos A. da. Contra o horror pedagógico. Ensino de história, exclusão social e cidadania cultural. *História e Perspectivas*. Uberlândia, v. 1, n. 23, p.85-98, jul./dez. 2000.

SOUSA, Maria Lindaci Gomes de. *Linguagens alternativas na construção do saber: charges e imagens nos livros didáticos*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0793.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 185-201.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 227-267.

VESENTINI, Carlos Alberto. Escola e livro didático de História. SILVA, Marcos A. da (Org.). *Repensando a História*. 6. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1991.